



Diocese de Lorena

75 ANOS DE HISTÓRIA

Diocese de Lorena

75 ANOS DE HISTÓRIA

A história da Diocese de Lorena em textos e imagens

Organização:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Laurentino Gonçalves Dias Júnior

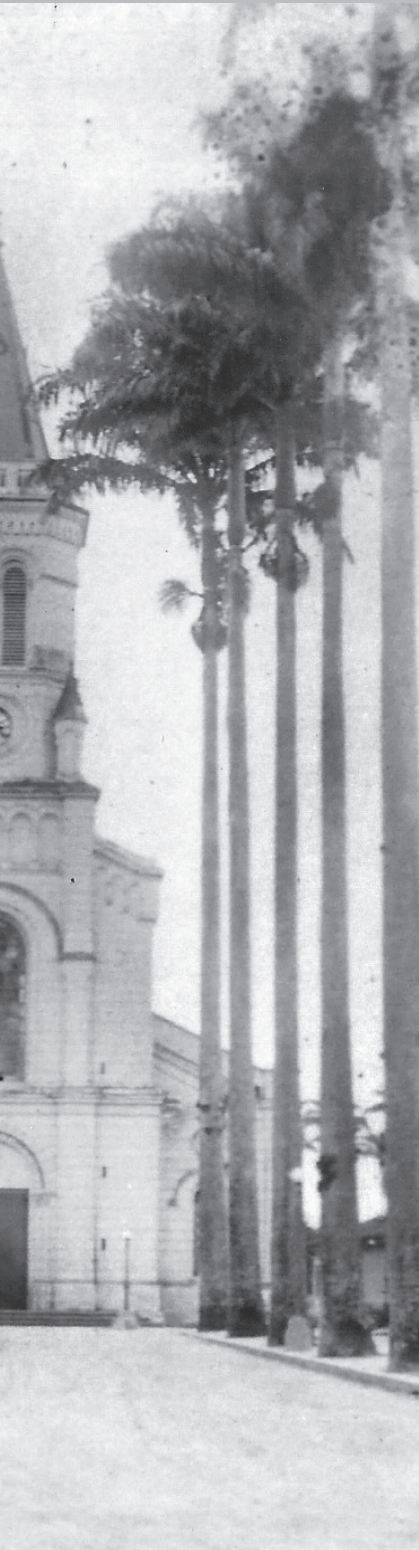
Pesquisa:

Pe. Fabrício Beckmann e Prof^a. Dóli de Castro Ferreira

Revisão:

Prof. Francisco Máximo Ferreira Netto





Apresentação

Neste ano jubilar de 2012, a Diocese de Lorena completa 75 anos de fundação. O presente trabalho, elaborado pela Fundação Christiano Rosa, de Piquete/SP, é um resgate histórico da ação da Igreja Católica no extenso território que constituía a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. Sem maiores pretensões busca recuperar e trazer à memória inúmeros elementos que compõem a identidade da sociedade valeparaibana, sobretudo os ligados à tradição católica.

Não podemos esquecer a origem cristã e católica das cidades valeparaibanas. Não podemos esquecer também que o nascimento das povoações esteve ligado à Igreja. Ela sempre esteve presente no cotidiano das povoações, relacionando-se com a população e ajudando-a em sua caminhada histórica, exercendo seu pastoreio dos primórdios de nossa colonização até os dias de hoje. A construção de uma capela constituía-se, quase sempre, no marco primordial para a formação de um povoado. Foi assim em quase todo o Vale do Paraíba. Como da edificação da primitiva capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, às margens do Paraíba, no porto de Guyapacaré, nas roças de Bento Rodrigues Caldeira, que passou a Catedral, quando da instituição da diocese em 1937. Este trabalho retrata a atuação de sucessivas gerações que tornaram possível a presença atuante do catolicismo na região.

A pesquisa feita pela professora Dóli de Castro Ferreira resgata nomes, relaciona fatos e aspectos pitorescos. Põe em evidência as vicissitudes pastorais, o esforço do Conde José Vicente de Azevedo para a criação da Diocese lorenense e momentos de grande emoção, como o de sua fundação, a nomeação e a chegada do primeiro bispo a Lorena.

A fragmentação do território da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com a criação de novas freguesias ao longo dos anos, se viu restaurada pela Bula "*Ad Christianae Plebis Regimen*" que criou a Diocese lorenense.

Ao completar 75 anos, tendo à frente como bispo e pastor Dom Benedito Beni, a Diocese de Lorena é composta de três santuários e trinta paróquias, distribuídos em treze municípios, todos abrigados sob o manto protetor de Nossa Senhora da Piedade, sua padroeira.

Fundação Christiano Rosa
Inverno / 2012



DIOCESE DE LORENA – 75 ANOS

Um esboço histórico comemorativo da magna data

“Minhas roças de Bento Rodrigues! Quem diria?

O arraial que fundei não traz meu nome,

nem sabe alguém, exceto raros, que existi,

(...) Assim, se várias vezes decifrei a Mantiqueira,

a minha verdadeira viagem foi, em minhas roças,

a viagem para o esquecimento,

(...) O ouro correu pelos meus dedos,

(...) porque lancei na terra a sombra de meus passos”

In “Êxodo ou Lamento de Bento Rodrigues – Péricles Eugênio da Silva Ramos – Lua de Ontem. Coleção Lorenense, vol. III

LORENA

Na Catedral,

Mármore, pratas e cristais.

Na cidade, palmeiras imperiais.

Lorena, pontificada pela Diocese e Catedral,

Reúne histórias imemoriais.

(“Fragmentos” - Dóli de Castro Ferreira)

Referências iniciais

A criação de uma Diocese é aspiração de um povo habitante de uma cidade que prospera e dá mostras de progressivo desenvolvimento.

Referenciando-se pelos documentos de longa data, dá lugar a uma história vivificada pelo tempo, em que a sede da Matriz é o foco pelo qual passam as leis eclesiais associadas ao Estado e criam o estatuto de direito, nome, funções e prestígio.

Assim começa a história de Lorena, tornada sede de uma Diocese que completa 75 anos e jubila-se pela data, as sementes pródigas, a linha do tempo e as memórias sedimentadas.

As riquezas do ouro e do café, associadas ao caminho da fé, balizaram o tempo e os acontecimentos; outras fontes econômicas se subsidiaram ou se sobrepuseram na modernidade e na contemporaneidade para dar ao centro urbano, hoje florescente, o significado que possui, incrustado no coração de ouro apostado à imagem de Nossa Senhora da Piedade, no altar-mor da catedral, como marca indelével de homenagem, entremostrado pelo “*mantto desdobrado de Maria, Senhora Nossa e Virgem da Piedade*”.

Desde as roças de Bento Rodrigues, no caminho dos aventureiros, mineradores, comerciantes e povoadores, até os dias de hoje, as marcas do tempo dão sentido e foco à Diocese que aí se instalou há 75 anos.

Jubileu

Júbilo é a palavra-chave que no calendário de 2012 anuncia a comemoração dos 75 anos da Diocese de Lorena. Data auspiciosa é a de 31 de julho de 1937, quando o Santo Padre Pio XI desmembrou parte da antiga Diocese de Taubaté para constituir uma nova Diocese – a que foi sediada em Lorena.

A criação do Bispado de Lorena foi concretizada por intermediação do Dr. José Vicente de Azevedo, descendente de homens notáveis para a história de Lorena.

O mais antigo foi o Comendador José Vicente de Azevedo, português nascido na cidade do Porto, em 16 de julho de 1799, e morto em Lorena a 19 de janeiro de 1844, por suposto envenenamento, vítima das lutas políticas entre o Partido Conservador, do qual era membro, e o Partido Liberal.

O primeiro da série dos José Vicente de Azevedo

Emigrou para o Rio de Janeiro e, atraído pelas possibilidades econômicas de Lorena, então cognominada “a Princesa do Paraíba”, aí se instalou como comerciante, associado a uma firma atacadista do país de origem, a “Azevedo e Cia.”

Em Lorena, casou-se em 1817 com Dona Maria Pereira da Guia (1798-1864), filha primogênita do Capitão-mor Manuel Pereira de Castro e neta do primeiro Capitão-mor da Vila de Lorena, Manuel Domingues Salgueiro. Referenciado por méritos e posses, José Vicente de Azevedo tornou-se membro da Guarda de Honra do Imperador vinculada ao 1º Regimento de Cavalaria, tendo participado da viagem de D. Pedro, então Príncipe Regente, para São Paulo, no evento que resultou na proclamação da Independência (setembro de 1822). Em 1827, após uma sequência de nomeações, foi-lhe atribuído o título de Comendador Oficial da Ordem do Hábito de Cristo, uma das ordens militares instituídas para defesa da Coroa Portuguesa, e depois distinguido pela titulação de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Foi destacado por funções políticas para Juiz de Paz municipal da Vila de Lorena e chefe do Partido Conservador.

O custo do poder

Os Azevedo e as tramas políticas na proposta da criação do Bispado de Lorena

Para situarmos a história da criação do Bispado de Lorena torna-se importante remontar aos Vicente de Azevedo que, por três gerações como portadores do nome José Vicente de Azevedo, bateram-se pela valorização da vila de Lorena e seu papel preeminente na região do Vale do Paraíba, região do Cone Leste do Estado de São Paulo, que tem a Mantiqueira como arco de escarpas delimitando o território, o Rio Paraíba do Sul como eixo de bacia hidrográfica e os rios tributários hierarquizando o relevo. Hierárquica também a própria sociedade que aí se instalou, tendo o caminho do ouro como balizador das aspirações as mais vocacionadas para buscar êxito e riquezas.

O caminho do ouro conjugado à riqueza do café é dado histórico para a localização geográfica, a conquista territorial das vilas como núcleos urbanos detentores do poder local pelas Câmaras e a expressão política pelos cargos de projeção na Província durante o Império (século XIX). Por consequência, a sociedade hierarquizou-se pelos títulos nobiliárquicos e de posses.

O segundo da sequência familiar

O Comendador José Vicente de Azevedo e esposa, entre os filhos tiveram como primogênito o que recebeu o mesmo nome do pai e foi titulado como Coronel das Companhias de Milícias, o proprietário José Vicente de Azevedo (1834-1869). Não só herdou o nome, mas também as posições políticas nos embates entre os conservadores e liberais. Igualmente vitimado, foi atingido por um tiro de espingarda quando em visita à sua fazenda de nome Nossa Senhora da Conceição do Campo, conhecida como Fazenda Amarela.

Era casado com Dona Angelina Moreira de Castro Lima (1835-1911), filha de Joaquim José Moreira Lima (1807-1879) e Dona Carlota Leopoldina de Castro Lima, Viscondessa de Castro Lima (1808-1882).

O Coronel José Vicente de Azevedo, fazendeiro e comerciante, distinguido entre os Conservadores, atingiu nível elevado de referência ao promover iniciativas vitoriosas na Vila de Lorena, o que o levou a se projetar na política do Império. O Barão de Itaúna, Presidente da Província, escolheu-o para assumir a autoridade policial da vila, nomeando-o delegado e comandante superior da Guarda Nacional. A Vila de Lorena sediava a 7ª Companhia das Tropas de Ordenanças com a função de fiscalizar e guardar o território de acesso à Mantiqueira e às fronteiras com Minas Gerais e guarnecer os caminhos que se cruzavam como vias de acesso a São Paulo e Rio de Janeiro. O comércio, viabilizado pelas tropas de abastecimento, era intenso.

Foi o Coronel José Vicente de Azevedo quem, ciente da própria influência, solicitou ao Imperador Dom Pedro II que representasse à Santa Sé a proposta da criação do Bispado de Lorena, cuja área abrangia o território de Bananal a Jacaré, e parte do sul de Minas, regiões de Pouso Alto e Campanha.

Seguiu-se daí a tramitação dada pelo aceite do Imperador e da Santa Sé, faltando apenas a nomeação de um bispo. A lista tríplice com os nomes dos padres distinguidos já havia sido entregue ao Santo Padre.

No campo político, dois partidos se opunham rigorosamente: o Conservador e o Liberal, até atingirem um processo revolucionário. As lutas partidárias entre eles levaram à Revolução de 1842, eclodida em Sorocaba, conhecida como Revolução Liberal e que se estendeu pelo Vale do Paraíba.

Os ânimos estiveram acirrados em Lorena pela oposição entre líderes com graus de parentesco entre si. José Vicente de Azevedo, chefe do Partido Conservador, tinha como opositor o cunhado Pe. Manuel Teotônio de Castro, o mais fervoroso representante do Partido Liberal. Após essa contenda com a vitória legalista, o título de Comendador da Ordem de Cristo é concedido a José Vicente de Azevedo. Seu envenenamento e consequente morte são atribuídos às disputas que remanesceram do conflito tão intensamente refletido na política local. (Revolução de 1842).

Os acontecimentos se precipitavam por força das lutas políticas. Lorena encontrava-se sob domínio dos liberais, aos quais era atribuído o assassinato do Comendador José Vicente de Azevedo.

Era época de imposições acirradas pelo poder local. Condição que acabou levando ao assassinato do Coronel José Vicente de Azevedo, principalmente devido à ascensão política por ele demonstrada e às prerrogativas ligadas ao projeto da criação do Bispado. Assim, criou-se à volta dele uma expectativa de grande líder, por meio de uma imagem idealizada e traduzida em aura na agonia e morte aos 35 anos de idade (1869). Esse acontecimento provocou ato de Dom Pedro II para dirigir-se à Santa Sé com o pedido da suspensão das providências para constituição do Bispado de Lorena. O sonho remanesceu na família, dado que o filho do Coronel falecido seguiu os passos do pai e do avô para manter a proposta já defendida e tornada ponto de honra.

Dr. José Vicente de Azevedo, o terceiro do nome

O herdeiro do Coronel José Vicente de Azevedo contava 9 anos de idade no evento da morte do pai. Envolvido pela referência hegemônica da família, era visto como seguidor dos propósitos dos ancestrais em dotar Lorena da projeção julgada merecida. Educado pela avó, admitido como bem preparado quanto a escolaridade, frequentou o Colégio Lorenense, do Dr. Manuel Tomás Pinto Pacca. Tendo recebido os conhecimentos básicos, rumou para São Paulo à busca do ingresso na Faculdade de Direito (1876).

Aos 23 anos de idade (1882) colocou grau e, como advogado, iniciou sua carreira pública no Partido Conservador. Casou-se com Dona Cândida Bueno Lopes de Oliveira. Foi parlamentar da Província de São Paulo como representante do Vale do Paraíba. Monarquista, recusou das lides políticas após ter sido proclamada a República.

Porém, em 1898, voltou ao Parlamento paulista, no qual atuou até 1930, quando deixou definitivamente a política. Considerado católico fervoroso e praticante dos atos de culto e penitência, era visto como figura exponencial na prática religiosa. Seus biógrafos enfatizam-lhe a frequência diária à Eucaristia, o exercício da penitência, a adoração ao Santíssimo Sacramento na igreja de Santa Ifigênia, na Capital, e, ainda, o respeitoso cumprimento aos padres, perante os quais mantinha a cabeça descoberta. É lembrado como particular devoto de São Vicente de Paulo, tendo sido membro da primeira Conferência Vicentina do Bra-

sil, e, segundo palavras do Cardeal Dom Sebastião Leme, precursor da Ação Católica no Brasil. São lembrados os inúmeros orfanatos, asilos e escolas por ele fundados.

É considerado grande benfeitor das obras de Madre Paulina, hoje canonizada. Como devoto de Nossa Senhora Aparecida, compôs o hino “Viva a Mãe de Deus e Nossa”, que é dado como hino oficial da Santa.

A Igreja, como instituição hierarquicamente posicionada, possuía atribuições políticas ligadas ao Estado – podia atribuir títulos nobiliárquicos amparados em ações beneméritas e de destaque social, pelo que, no ano de 1908, o Papa Pio X concedeu a José Vicente de Azevedo o título de Marquês, mas este o recusou. Mais tarde, a pedido do Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, recebeu o título de Conde Romano. Consta ter o titulado resistido à honra, mas frente à hipótese da recusa como desobediência, acedeu. Daí em diante passou a ser citado como Conde José Vicente de Azevedo. Embatia-se vigorosamente pela criação da Diocese de Lorena, no que foi apoiado por Dom André Arcoverde Albuquerque Cavalcânti, à época bispo de Taubaté. Este solicitou o apoio do núncio Apostólico no Brasil, Dom Bento Aloysio Masella, no que foi atendido. O Conde então foi encarregado de constituir um patrimônio de 150 a 200 contos de réis em dinheiro e um prédio digno para servir de Palácio Episcopal. O próprio Conde doou 300 contos de réis e mandou restaurar e mobiliar o antigo solar da família para esse fim. Estava constituída a residência do Bispo de Lorena. Ofertou ainda outros imóveis ao patrimônio da nova Diocese. Finalmente, no dia 31 de julho de 1937, o Papa Pio XI concedia ao Conde José Vicente de Azevedo a realização do grande sonho, símbolo das maiores aspirações dos Azevedo e do que emblematicizavam – a criação do Bispado de Lorena. Que razões projetavam Lorena no território diocesano?

A Projeção de Lorena

A origem do núcleo lorenense

*“E são as feras como as árvores da mata:
cheias de vida como as verdes criaturas,
mas de uma vida misteriosa e indevassada,
e só por isso alheia às crônicas, à história,
a tudo o que é registro em bronze ou documento”*

*In “Dos animais e das Casas” – Péricles Eugênio da Silva
Ramos – Lua de Ontem.*

Não foram poucas as lutas pelo desbravamento do “sertão incompreensível”, conforme citado nos documentos antigos. “Quando corria o sangue das tocaias”.

A desmedida ambição dos humanos pelas riquezas criou momentos épicos nas disputas pelo poder, pela posse de territórios e pela imposição da força na luta contra os eventuais ocupantes, fossem eles de natureza humana, animal ou vegetal. Aos sons da natureza sobrepunham-se as vozes de comando, ainda que controladas pelo medo do novo enfrentado por uma força de estranheza imposta e sobrepujante.

Assim, os primeiros exploradores e ocupantes europeus adentraram as novas terras e a região do Vale do Paraíba do Sul. Esta foi uma das primeiras a ser buscada e ocupada. Seguindo antigas trilhas indígenas e fazendo dos nativos seus guias e serviçais, os portugueses avançaram a partir da Vila de São Paulo, o pequeno povoado que se instalara no Planalto de Piratininga, sob a égide dos jesuítas com um Colégio. Instalação que se impunha como foco polarizador e com data de registro de nascimento a 25 de janeiro de 1554, sob a invocação do apóstolo Paulo, cuja conversão anunciava a proposta dos referidos missionários – cristianizar os povos.

A maioria da população aí instalada, sendo indígena, tinha sua própria língua, o tupi, imposta aos dominadores, e cuja expressão dominou o núcleo pelo século XVI e adentrou os séculos XVII e XVIII. A chamada “*nheengatu*”, ou Língua Geral, foi estudada e codificada gramaticalmente pelo Padre José de Anchieta, um dos jesuítas fundadores do núcleo em questão. Era ensinada aos novos ocupantes e tornava-se o idioma do interior das terras que configuravam os territórios de ocupação. Dessa forma, o tupi era mais falado do que o português. Assim continuava a se expandir até que, em 1758, o Marquês de Pombal proíbe o uso da Língua Geral da Costa, que também se expandira bem para o norte, na região amazônica. Não é, portanto, sem motivos que os topônimos predominantes na região valeparaibana sejam originados do tupi, associados pelos portugueses aos dos santos, cujas biografias justificaram as escolhas e o nucleamento a partir de uma capela, tornada por lei episcopal, reconhecida pelo Estado como nominadora e referencial das freguesias e vilas.

No período colonial, por decisão de Pombal, como ministro português, os jesuítas acabaram expulsos. Isso se deu principalmente pela contínua oposição que faziam aos colonizadores por escravizarem os índios, além de submeterem as índias aos processos de cruzamentos. Não menos importante foi a forma pela qual os colonizadores, em movimentos de apresamento, caçavam os indígenas como animais, não considerados possuidores de direito à liberdade, isto é, não admitidos como iguais.

As expedições de razias coloriram violentamente os capítulos de ocupação territorial, a que os jesuítas opunham os direitos do batismo, da conversão e da catequização. A dramaticidade dessa situação apresentava, na época, paulista como apresador, escravizador. Afinal, interessava aos colonos ter o indígena como abridor de caminhos, produtor de abastecimento pelo cultivo de roças e criação de animais, serviços domésticos e transportadores de cargas. Por insistirem em fazer valer a bula papal de 1639, que determinava a liberdade dos índios, os jesuítas perderam suas propriedades e o direito de permanecer no território da América Portuguesa.

Expedições (as chamadas Bandeiras) se formavam-se agora sem os entraves jesuíticos e o território valeparaibano foi sendo ocupado ao longo dos rios, com abertura de caminhos, nucleamentos populacionais, cultivos de subsistência, e, enfim, com a toponímia que se impunha pelo direito de posse e da cultura mesclada consequente desse encon-

tro de formação. A referência aqui é ao momento em que a cultura européia e a indígena se encontraram na constituição de uma origem a que se associou, a partir do século XVIII, a africana, nos locais da mineração. A ocupação mais ampla transpunha os contrafortes da Mantiqueira, justificada pelos anúncios da ocorrência do ouro e minerais preciosos que a Coroa portuguesa, ávida, estimulava, fiscalizava e tentava controlar, mas era excedida por toda espécie de aventureiros.

Catedral de Lorena, em 1905



Povoamento, caminhos e sesmarias

*“Em face desse afluxo de aventureiros e dos tumultos da ambição,
voltei para minhas terras, trazendo ouro e vontade de fundar
/ um povoado mais pacífico;
então conversei com João de Almeida Pereira, meu vizinho,
e mais Pedro da Costa Colaço e Domingos Machado Jácome,
também varões de prol e muita honra
e levantamos a capela de Nossa Senhora da Piedade de Guaypacaré,
em frente ao porto do Rio Paraíba.”*

In *“Gênese Crônica: Da Fundação do Arraial”* – Péricles da Silva Ramos em – *Lua de Ontem*.

As provisões reais de sesmarias se multiplicavam, justificadas de um lado por um proprietário para, produtivamente, ocupar o objeto de posse, abrir caminhos e oficializá-los, e pagar impostos ao Conselho Ultramarino, órgão regulador da administração colonial. Por outro lado, essas atribuições se faziam aos que apresentavam condições econômicas e de hierarquia social, pelo lado familiar, para serem considerados detentores do direito de posse, ou seja, arcarem com despesas e organizarem o processo produtivo como gerador de riqueza.

Foi assim que Jacques Felix recebeu, por intermediação da condessa de Vimieiro, a provisão de sesmaria (1646) que deu origem ao direito de impor sobre uma aldeia de índios guaianazes, Taba-etê, sertão de matas densas, um núcleo que se tornou a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Como núcleo irradiador de ocupação, sob a direção do sesmeiro, também foi oferecida a providência provisional de penetrar o sertão em que surgiu Guaratinguetá sob a proteção de Santo Antônio, o qual daria acesso ao propósito de se buscar minas. O imaginário popular se enriqueceu de lendas e narrativas cultivadas pela cultura valeparaibana, acompanhada pela pesquisa histórica que se expande na busca de documentos, nem sempre de fácil acesso, dadas as dificuldades de conservação e arquivamento.

Os caminhos se abriam e eram nominados principalmente pelos topônimos tupis: o próprio nome Paraíba, Mantiqueira, Guaypacaré, Embaú, com significados ligados à fontes de alimentação, reconhecimento geográficos e presença de elementos dominantes na paisagem. Assim, a Mantiqueira das *“montanhas que choram”*, ou seja, que jorram muitas águas pelos rios, riachos enxurradas das fortes chuvas, enfim, elementos facilitadores de abertura de trilhas e caminhos. Assim, cada vez mais, distantes fontes de ocupação se instalavam, originavam povoados, e daí as vilas, balizadoras desses caminhos, com as produções de subsistência e referenciamentos de projeção política e social. As lendas e relatos estimulavam as incursões, e caminhos autorizados ou não se instalaram, justificando uma fiscalização mais aguda e codificada. As instalações oficiais como as do Caminho Velho e Caminho Novo exigiam milícias e Tropas de Cavalaria, uma história rica de acontecimentos nos capítulos da História Regional. As capelas, pelas características marcantes, permitiam reconhecer roteiros e localização de pousos, enquanto que registros foram instalados para cobrança de impostos e aplicação de leis, e cobrar direitos de trânsito. Hoje, com rigor documental é possível conduzir o pesquisador ao reconhecimento desse centro de passagem que é a região valeparaibana, para a articulação de riquezas, bens e abastecimento numa economia que se robustecia pelo lado legal e também ilegal. Uma história épica pelos perigos e pelo levantamento dos dados de criminalidade estimulada pela cobiça e aviltamento dos propósitos. Um comércio crescente avivava os ânimos.

A administração colonial estabeleceu as estradas reais, das quais a valeparaibana tem sido muito estudada. Assim, vários pesquisadores publicam seus trabalhos a partir das fontes documentais disponíveis para localizar a Estrada Real valeparaibana por três caminhos: *o Velho ou do Ouro*, que do território das minas – Vila Rica – demandava Paraty, no litoral fluminense, *o Caminho de Garcia Paz*, da região mineradora ao Rio de Janeiro e *o Caminho Novo da Piedade*, que ligava a freguesia da Piedade à Fazenda Santa Cruz, dos jesuítas (informações colhidas de Francisco Sodero Toledo – in *“Estrada Real – O caminho do Ouro”*, de Fábio de Oliveira Sanches, Francisco Sodero Toledo e Henrique Alckmin Prudente).

Pois bem, dos sertões do Guaypacaré (nome de um dos rios formadores da Bacia valeparaibana) originou-se a Vila da Piedade, invocação a Nossa Senhora da Piedade.

O núcleo formou-se a partir das roças de Bento Rodrigues – parada obrigatória das incursões de ida e volta ao território das minas. A capelinha dedicada a Nossa Senhora da Piedade, nucleando a Vila, volta-se para a direção da Mantiqueira, dá o significado da invocação para diretiva dos íngremes e perigosos caminhos e, à margem direita do Paraíba, é foco de intersecção dos Caminhos Velho e Novo. À volta da capela o núcleo se instalou, cresceu para trás do edifício da igreja que sucedeu à tradicional capela, tendo à frente o rio e a direção da serra com os bairros que delimitaram o Termo da Vila e depois do local da municipalidade. Foi nessa igreja que, reconstruída, deu-se oficialmente a instalação da sede da Diocese a 31 de julho de 1937.

Nossa Senhora da Piedade

Uma devoção consubstanciada nos caminhos do ouro e na riqueza da fé

A devoção a Nossa Senhora da Piedade, segundo consta tradicionalmente, surgiu em Portugal, no século XII, quando algumas das mais importantes manifestações católicas se fortaleceram em prática continuada. E assim chegou depois aos domínios e colônias do império. Na América Portuguesa, os colonos, expandindo-se na busca dos minerais preciosos, caça aos índios e ocupação territorial, fizeram-na chegar às terras em que localizaram a Vila de Lorena, e, subsequentemente, à cidade que dá sede à Diocese instalada a 31 de julho de 1937.

Uma das bases da origem histórica da instalação concretizada do culto à Virgem da Piedade remonta ao relato tradicional português que se segue. Conta a tradição que, certo dia, um camponês notou que um de seus bois, um animal malhado, com três cores, chamado de Marciano, abandonava a manada e desaparecia, sempre à mesma hora, voltando um pouco depois. O lavrador resolveu seguir o boi e verificou que o animal se dirigia a um carvalho e, debaixo da árvore, se ajoelhava, olhando para um dos galhos. Ao se aproximar do carvalho, o homem se surpreendeu encontrando uma imagenzinha gótica da Senhora da Piedade. Pouco tempo depois, naquele local que, por causa do nome do boi, passou a ser chamado Marceana, foi construída uma capela

para homenagear a Santa e acolher os devotos que passaram a peregrinar até lá saindo de todo o território português. Essas peregrinações, que marcaram a Idade Média, se estenderam pelo tempo às manifestações religiosas observadas nos diferentes cultos, de natureza católica ou não. Dessas manifestações gerais implantaram-se localizações de centros referenciais, e, a partir daí, levados como ideias quando partes da população se deslocavam para novos territórios de conquista e colonização.

Dessa forma, o culto a Nossa Senhora da Piedade, dentre outros, chegou à América Portuguesa e passou a ser referenciado pela localização geográfica. Assim, é comum terem as denominações cultuadas, isto é, os nomes dos santos apostos aos topônimos escolhidos que, no Vale do Paraíba, se conjugam aos dados na Língua Geral, ou o tupi dos falantes, em mistura com o português falado. Nos nomes, os significantes se conjugaram explicativos de singularidades geográficas: rios e suas características, montanhas e relevo em geral, ou ocorrências vegetais; quando não, homenagens especiais a pessoas de destaque na hierarquia política e social. Assim, são denominados os locais de concentração populacional e se tornaram referências.

Dessa maneira, Lorena evoluiu com o nome modificado em homenagem a Bernardo José de Lorena, Capitão-general que elevou o povoado da Piedade à categoria de Vila a 14 de novembro de 1788, “*por ser a Freguesia da Piedade uma das mais opulentas e populosas dessa Capitania, achando-se no ponto donde saem as duas Estradas Gerais das Capitanias de Minas e Rio de Janeiro*”. Essas são palavras retiradas de documento histórico para se justificar o fato acima citado. Considerações essas que, para elevar a Freguesia à condição de Vila, tinham como base a posição de comando de rotas com grande animação comercial. No porto do Guaypacaré, nome referencial de base dado ao povoamento que aí se originou junto às roças de Bento Rodrigues. Comércio animado, que os cronistas coloniais destacam, principalmente André João Antonil, referindo-se às roças que no século XVIII, ao pé da serra afamada da “*Amantiqueira*”, localizavam pousos aos que demandavam os territórios mineiros, ou seja, de possível mineração. Além de ponto estratégico, conforme salientado pelo cronista Antonil, para à margem do Paraíba ativar os transportes e o comércio para “*muitas das Vilas do Norte*” e, com a condição de Freguesia, ser dada para “*estarem ali justças*” e “*para decidirem as dúvidas que podem acontecer*”.

O roteiro elaborado por Antonil e associado à Portaria de Controle de movimento desses caminhos por Bernardo José de Lorena deu as linhas mestras para a evolução da Vila no século XIX. Um povoamento que saía de São Paulo e Taubaté em demanda do “*sertão dos índios*”, e foi criando povoados e vilas, tendo o porto de Guaypacaré como foco de controle, polarização comercial e trânsito de pessoas. Foi, então, nesse porto que, nas “*roças de Bento Rodrigues*”, ergueu-se “*por volta de 1705 uma pequena capela, sob o orago de Nossa Senhora da Piedade que, em 1718, foi elevada a freguesia desmembrada de Guaratinguetá*”. É o que registra José Geraldo Evangelista em “*Lorena no século XIX*”, da Coleção Paulística (vol. VII), editada pelo Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Pois bem, no Vale do Paraíba, a devoção a Nossa Senhora da Piedade ganhou expressão, principalmente difundida pelos franciscanos da Ordem dos Frades Menores.

O padre Fabrício Beckman recorre à História para, no substancial trabalho *Diocese de Lorena 75 anos*, que dá fontes ao aqui apresentado, mostrar como jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos se incumbiram de arrebatar os aldeamentos indígenas localizados em torno da Vila de São Paulo, onde o Colégio jesuítico representava um foco de atração. Entretanto, mostra ele, dividiram-se entre os interesses dos colonos e dos indígenas por aqueles escravizados. Paradoxalmente, percebe-se que franciscanos e carmelitas mantiveram indígenas como propriedades suas. A forma utilitária como o colono português via o indígena, escravizando-o, foi seguida pelos religiosos, e mesmo as fazendas de propriedade jesuítica possuíam índios reunidos para trabalharem e serem domesticados, tornados artesãos de várias especialidades. Embora tenha sido registrado que os padres jesuítas os admitissem como possuidores de liberdade. Daí ter surgido uma oposição entre beneditinos e jesuítas; aqueles ao lado dos colonos, e estes apregoando que era preciso catequizá-los e mantê-los livres. A Vila de Santo André da Borda do Campo teria exposto essa disputa com particular ênfase, é o que destaca o pesquisador padre Beckman.

Mas, enfim, recuperando dados da história da ocupação do território valeparaibano, nota-se que ela iniciou a partir de instalações como a de Jacques Félix, em 1636, quando se apossou da sesmaria que lhe havia sido concedida, para dar origem ao arraial que se tornou Taubaté. Ao trazer família, agregados, índios escravos e animais domésticos, já possuía grandes diferenças com os jesuítas, com os quais tinha convivido na Vila de São Paulo, e conhecia bem a forte oposição que faziam à

escravidão indígena. De outro lado, mantinha laços estreitos com os carmelitas e franciscanos, atribuídos como apoiadores da escravidão indígena, admitindo-a como meio necessário para se ter índios submetidos à tradição cristã. A relação estabelecida entre o sesmeiro e os carmelitas e franciscanos favoreceu a construção da Capela dos Passos para servir como Matriz do núcleo de povoamento em formação. Não sem motivos, portanto, a escolha do Padroeiro, São Francisco das Chagas, e daí o encaminhamento das providências em instalar um convento franciscano na nova Vila. Em 1673, solicitação atendida, iniciaram-se as obras do Convento de Santa Clara. Atendia-se assim aos processos de instalação de uma Vila que se formou como Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté.

A igreja do Convento, em meio às dissidências surgidas, foi concluída, e possuía três altares no seu corpo: o mor, com a imagem de Santa Clara, tendo uma custódia de prata nas mãos, e os laterais, com Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio. Curiosamente, para o registro do imaginário da época, venerava-se também uma imagenzinha popularmente milagrosa de Nossa Senhora da Piedade, que passou, pela forte devoção gerada, a ser distinguida com indulgências.

Admite-se que esse culto taubateano à Virgem da Piedade tenha alcançado as margens do Paraíba, onde migrantes da citada Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté aportaram para fazer morada no local dado como Guaypacaré que, em 1718, se tornaria a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

O Território Original da Diocese A descoberta do ouro e o povoamento

Estimulados pelo ouro que se anunciava desde as narrativas da descoberta desse mineral precioso a partir do século XVII, nas chamadas minas do Sabaraçu, grupos de povoamento foram se instalando à margem direita do Paraíba, constituindo núcleos sob a proteção de santos padroeiros. A concentração populacional e a dinâmica produtiva justificam, por volta de 1705, o reconhecimento da existência do arraial sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade que, já em 1718, foi desmembrado da Freguesia de Santo Antônio de Guaratinguetá, e por sua vez elevado à posição de Freguesia por determinação de Dom Francisco de São Jerônimo, terceiro bispo do Rio de Janeiro.

Outros núcleos foram sendo localizados no velho “*Caminho dos Guaianazes*”, trilha indígena transformada em rota de acesso das áreas de mineração ao litoral (Paraty). No hoje município de Cunha, três pequenos povoados foram formados por gente de Paraty que subiu a serra do Quebra-Cangalha ou do Facão para formá-los: Campo Alegre, Facão e Boa Vista. Assim, no povoado do Facão foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

A referência histórica ao caminho foi dada pela antiga trilha guaianá que cruzava a Serra do Facão, para alcançar, finalmente, o Vale do Paraíba por um lado, e por outro, as minas através da Mantiqueira. Este registro é comentado por Tereza e Tom Maia em “*Paraty, para ti*” (Guia Cultural, bilíngue. Ed. Stiliano, Lorena, 2000, p. 65 e segs).

Os autores comentam que “*no ano de 1597, Martin Correa de Sá escolheu este caminho para alcançar as Gerais*”. Consta a ocorrência de uma primeira expedição de setecentos europeus e dois mil índios, expedição essa movida contra os tamoios. Teria sido dessa forma, e por esse caminho que, entre outros motivos, Paraty se constituiu como ponto de ligação entre o Vale e Minas Gerais com o Rio de Janeiro. Caminho esse que, da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, com outras derivações cruzava o Paraitinga e atingia Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Guaypacaré, e o que se somava à ramificação que pertencia à Freguesia do Facão. Este vencia a Serra do Quebra Cangalhas à busca do porto hepacareano e da garganta do Embaú já na serra da Mantiqueira, passagem mais facilitada. Aqui, os autores contextualizados na descrição dada pelo pesquisador Paulo Pereira dos Reis em “*O caminho novo da Piedade ao Rio de Janeiro*”: a garganta do Embaú, por sua forma declinada entre escarpas elevadas, permitia uma passagem mais acomodada numa área de relevo bastante movimentado e de topos muito altos.

Informantes da época são citados pelos Maias, como Pizarro e Araújo, como a única trilha “*cultivada pelos Governadores e Prelados do Rio de Janeiro*” e por onde “*transitava o Povo, habitante em São Paulo, e Minas anexas*” (isto é, constituindo então a única capitania) “*até as das Geraes,*” e por ele “*passavam as riquezas d’ouro e pedras preciosas desentranhadas dos sertões para a Capital*” ... Mas ao lado desses caminhos, digamos oficiais, outros tantos “*descaminhos eram implantados pelos povoadores*”.

A importância do Facão, condicionando o caminho passado pelo porto do Guaypacaré para atingir Paraty, e do Rio de Janeiro, o Reino, fez com que, em 1747, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, primeiro Bispo de São Paulo, criasse aí uma freguesia. Tratava-se de Nossa Senhora da Conceição do Facão como Igreja Matriz. As freguesias, por determinação legal, eram instaladas a partir da igreja matriz do núcleo através de documento (Estela) apostado à porta principal com a declaração do ato normativo dado pelo Bispo sob cuja jurisdição se encontrava o local.

No continuado processo da constituição dos núcleos referenciais para a formação da Diocese de Lorena encontramos, no final do século XVIII, as capelas de Nossa Senhora da Conceição do Embaú, em 1781, e a do Bom Jesus da Cana Verde, em 1784, no local denominado “*Arraial do Porto da Caxoeira*”.

Por sua vez, o “*Caminho da Piedade*” citado concluiu-se em 1770, e ao longo dele, novos florescentes núcleos foram sendo articulados pela fé cristã. Em 1776, a construção de uma capela no Vale do Rio Vermelho, sob a invocação de Sant’Ana, deu origem à freguesia de Sant’Ana de Areias. Outra referenciação é dada em 1780, quando Maria Motta e filhos, os Silveiras, construíram uma capelinha de pau-a-pique coberta com folhas de piteiras e a dedicaram a Nossa Senhora da Conceição. Em sequência às datas de instalação, no século XVIII, registra-se que em 1783 João Barbosa Camargo e sua mulher mandaram erigir em suas terras, junto ao rio Bananal, uma igrejinha tosca dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento.

Em 1800, consta ter sido criado um último aldeamento em área dos índios, onde hoje se localiza o município de Queluz. O Pe. Francisco das Chagas Lima ergueu uma capela dedicada a São João Batista, ao redor da qual se aldearam índios puris que ainda se movimentavam livres no Vale do Paraíba.

Mais tarde, em 1862, doação de terras como patrimônio deram lugar a uma capela sob a invocação de Santo Antônio no povoado conhecido por Alambari, atualmente Arapeí.

Um evento histórico marcou ainda no território hepacareano a abertura de um caminho partindo da fazenda do Campinho, em 1741, por Lázaro Fernandes, em demanda das minas junto à Serra de Itajybá, nome dado ao setor da Mantiqueira, onde se cruzava com o caminho aberto por habitantes de Pindamonhangaba. Assim, da margem esquer-

da do Paraíba se demandava a área serrana, onde instalações de povoamento originaram o núcleo de invocação a Nossa Senhora da Soledade. Denominado Caminho de Hepacaré, ia-se da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade até o núcleo que abrigava a Capela de Nossa Senhora da Soledade. Ao pé da serra, um povoado se formou, local de trocas de animais e pouso dos que subiam e desciam. Afinal, os animais necessitavam de atendimento, e as pessoas, de roças de abastecimento. Pelos vales do Sertão e do Benfica a população começou a se organizar em núcleos dando origem ao Bairro do Piquete, em alusão ao piquete de Cavalaria da Companhia de Ordenanças com a função de fiscalizar os caminhos do ouro e das riquezas. Afinal, os descaminhos se implantavam entre os ávidos do contrabando, e num território de encontro de caminhos oficiais e alternativos, a observância das determinações da administração colonial era necessária. A Coroa Portuguesa, pelo Conselho Ultramarino, fixava as normas, passava a cobrar pedágios e a distribuir Registros aos quais se vinculavam os piquetes de Cavalaria e sua função fiscalizadora.

Pois bem, os moradores do Bairro do Piquete, do Termo da Vila de Lorena, foram autorizados a edificar um capela dedicada a São Miguel, que se tornou freguesia no ano de 1875.

No final do século XIX a ferrovia chegou ao Vale do Paraíba ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, os dois principais focos da economia. Cruzeiro, localidade atingida pela linha Ferroviária da Central do Brasil, passou a ter destacada importância e desbancou a localidade do Embaú. Assim, esta, que desde 1846 fora elevada à sede da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Embaú, perdeu essa prerrogativa para o povoado da Estação do Cruzeiro (1897). Em Cruzeiro, uma nova igreja é edificada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. No ano de 1934, decadente, o Embaú passou a pertencer a Cachoeira Paulista. À margem da ferrovia formou-se um novo núcleo que deu origem à cidade de Lavrinhas, à qual foi anexado povoamento nomeado de São Francisco de Paula de Pinheiros, que, desde 1846, possuía o status de freguesia.

Em 28 de junho de 1887, chegou à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade a primeira leva de imigrantes italianos, que fixaram residência na antiga Fazenda das Canas. Lá foi edificada, em 1904, uma capela dedicada a Santo Antônio. Mais tarde, quando os Padres Salesianos passaram a atender o povoado, construíram uma nova igreja, dedicando-a a Nossa Senhora Auxiliadora.

Como podemos observar, nossa Diocese foi se organizando por etapas, a partir do século XVII, e não foram poucas as lutas e o empenho na construção dos templos, células matrizes para instituição legal das sedes de freguesia e definição de áreas de jurisdição municipal. A Igreja e o Estado se juntaram para coordenar, administrar e direcionar o povoamento, concedendo foros jurídicos e bases de identidade para um novo habitante que se instalasse sob a égide de santos protetores. Unidades de formação administrativa, balizadoras de uma dinâmica sócioeconômica geradora de riqueza.

De Freguesia da Piedade a Diocese de Lorena

No ano de 1718, quando foi constituída a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na Vila de Guaratinguetá, da qual foi desmembrada, toda a região valeparaibana nas suas freguesias fazia parte da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo a avaliação de Dom Fr. Francisco de São Jerônimo, terceiro bispo daquela Diocese, o núcleo de Guaypacaré exigia, por sua posição sólida e de importância, uma sede de poder e direitos, entre esses o de ter um sacerdote; portanto, constituir capela curada para administrar os sacramentos e cuidar dos atos litúrgicos. O culto e a devoção a Nossa Senhora da Piedade embasaram essas prerrogativas.

A primitiva capelinha, por sua vez, passou a exigir mais espaço e de mais prolongada duração, ou seja, mais sólida, como os templos devem ser. Assinada a provisão, o edifício passou a ser construído de taipa e pau. Curou-se, então, como Igreja Matriz e foi dotada de três altares. No altar-mor provavelmente venerava-se o Santíssimo Sacramento, ocupando o lugar antes da padroeira, que, mais tarde, foi reconduzida em honras para a posição de privilégio. Cabia à Irmandade do Santíssimo zelar para que a lâmpada de prata estivesse pereneamente acesa. O santo sacrário devia estar permanentemente iluminado, segundo exigência normativa.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era a primeira das irmandades a ser criada para guarda e honra da Igreja Matriz e das regras estabelecidas como normativas de seu funcionamento. Um registro notável é o de que, inicialmente, para pertencer a essa Irmandade

os candidatos deveriam ser brancos, proprietários e possuidores de rendas para colaborarem com a caixa da agremiação. Caixa usada para aquisição de bens necessários para o funcionamento dos cultos, sepultamento dos irmãos mortos, missas de réquiem e demais cerimônias.

Segundo registros históricos guardados no arquivo da Mitra Diocesana, a nova Matriz, substitutiva da antiga capela, tem o seu primeiro Livro de Tombo datado de 1747, como de Nossa Senhora do Hepacaré.

À Folha Um cita a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Hepacaré, comarca de Guaratinguetá, Bispado de “San Paulo”. Ali constam a maneira como foi desmembrada, os altares, a fatura, as Irmandades, os legados pios, ornamentos, alfaías, pesos de prata, bens de raiz e usos e costumes dos padres. Tudo feito pelo Vigário Manoel Muniz, no ano de mil setecentos e quarenta e sete, por ordem do Exmo e Revmo Bp. de Sam Paulo.

O livro do Tombo registra ainda que a Igreja Matriz fora originada da capela que foi curada no ano de *“mil setecentos e cinco, pouco mais ou menos e que os moradores deste porto de Hepacaré, Bento Rodrigues Caldeira, João de Almeida Pereira, Pedro da Costa Collaço e outros fizeram neste mesmo anno uma Capela de Nossa Senhora da Piedade, filial a Igreja Matriz de Santo Antonio da Vila de Guaratinguetá, de onde eram fregueses os ditos moradores”*.

A nova Matriz da Piedade possuía púlpitos, coro, dois sinos, pia batismal, fachada com chave e um armário onde se guardavam os Santos Óleos em três âmbulas de estanho.

Consta do livro de Tombo a receita e as despesas, tudo controlado e devidamente registrado.

O território da Freguesia

O território da Freguesia da Piedade era muito extenso. A freguesia contava na sua sede com duzentos e quarenta fogos, quer dizer moradias familiares, e segundo o Livro de Tombo, no primeiro registro, os moradores estão a distâncias de meia ou uma légua, e pelo caminho das minas, que vai até a Mantiqueira, com distâncias de quatro,

seis, sete léguas, em cujo caminho está o bairro do Vuau (Embaú). Admite esse documento que na freguesia viviam mil e seiscentas pessoas de confissão, mas, dadas as informações disponíveis, distavam segundo o citado acima, isto é, não concentrados em Guaypacaré. Além do Vuau, são citados os bairros do Quilombo e da Capoeira Grande, com distância de três léguas da Matriz e légua e meia para duas a partir do Vuau. Esses três bairros possuíam juntos quarenta fogos, nos quais moravam trezentas e setenta pessoas de confissão. Os moradores mais distantes estavam, portanto, a sete léguas, já na região Mantiqueira.

Segundo o pároco da época, era recomendada a construção de uma capela no Bairro do Vuau, a fim de que essa população assistisse às missas e lhe fossem administrados os sacramentos.

Na primeira metade do século XVIII, já se observava o início de um processo de desbravamento, ocupação e desenvolvimento da Freguesia da Piedade, sobretudo nas terras junto à estrada de Minas. Desse modo, o território original da freguesia foi-se fragmentando em novas freguesias.

Criada a Diocese de São Paulo, em 1745, a Freguesia da Piedade passava à jurisdição do Bispo de São Paulo.

O desmembramento das freguesias que depois comporiam a Diocese de Lorena (a partir de 9 de março de 1791 o nome Lorena substituiu o de Piedade do Hepacaré) foi sequenciado na seguinte ordem cronológica: no ano de 1747, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, primeiro bispo de São Paulo, estabeleceu a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão (atual município de Cunha). Em 1800, Dom Mateus de Abreu Pereira, quinto bispo de São Paulo, erigiu a freguesia de Sant’Ana e São Miguel de Areas, atual Areias. O mesmo Dom Mateus criou as freguesias de São João Batista de Queluz, em 1803 e a do Bom Jesus do Livramento de Bananal, em 1811. A 9 de dezembro de 1830, Dom Manuel Joaquim Gonçalves, sexto bispo de São Paulo, instituiu a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Silveiras. No dia 4 de março de 1842, antes do início da Revolução Liberal, Dom Manuel Joaquim criou a Freguesia de São José do Barreiro. Esse mesmo Bispo instituiu ainda a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Embaú, a 19 de fevereiro de 1846, e de a de São Francisco de Paula dos Pinheiros, no atual município de Lavrinhas, a 13 de março de 1846. Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, novo Bispo de São Paulo, criou as Freguesias de Nossa Senhora dos Remédios, em Campos de Cunha, a 8

de março de 1872; a de São Miguel, no Bairro do Piquete, no dia 22 de março de 1875, e a de Santo Antônio da Cachoeira, a 29 de março de 1876. No ano de 1897, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcânti, décimo Bispo de São Paulo, transferiu a sede da Paróquia do Embaú para o povoado da Estação do Cruzeiro (Estação da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil). Em 1934, o Embaú passou a pertencer a Cachoeira Paulista.

Portanto, temos aí exposto o longo processo de fragmentação na Freguesia da Piedade, até que no dia 31 de julho de 1937, pela Bula “*Ad Christianae Plebis Regimen*” o Papa Pio XI reunificou o antigo território formando a Diocese de Lorena, congregando as diversas paróquias que a compõem sob a materna proteção da querida Senhora da Piedade.

Igrejas de Lorena

Uma Catedral à Altura da Forte Devoção Loreense

A sede da Diocese instala-se em uma Catedral que, em Lorena, é a da Nossa Senhora da Piedade.

A sede da matriz de Nossa Senhora da Piedade, em Lorena, teve sua história iniciada em 1718, quando o núcleo do Guaypacaré foi elevado a Freguesia. A doação de cem braças de terra por João de Almeida Pereira, Pedro da Costa Colaço e Domingos Machado Jacome propiciou a viabilização das obras.

No início do século XIX, porém, a Matriz que fora feita de taipa e paus dava sinais de desgaste. Em 1813, foi inaugurada e benta a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na praça do Rosário, que passou a abrigar as celebrações litúrgicas da Freguesia. Essa situação foi mantida por cerca de trinta anos.

Tornada cidade a antiga Vila de Lorena, em 1856, os moradores decidiram construir um terceiro edifício para abrigar a Matriz. Entretanto, à falta de recursos públicos os habitantes foram convocados a financiá-la. O Capitão-mor Manuel Pereira de Castro deu início à obra e a administrou até a morte.

Segundo relato do pesquisador Gama Rodrigues (1956), a construção ainda não estava concluída no início da década de 1880. “*Era apenas um vasto templo primitivo, de taipa, mal acabado internamente, pior externamente, mas no qual se ostentava grande e rico altar de talha dourada, onde se admirava já a mesma imagem de Nossa Senhora da Piedade, que ainda hoje é lá venerada*”.

Outro depoimento é registrado por D. Maria Vicentina Azevedo de Queiroz ao sociólogo Gilberto Freyre, publicado pela revista “*Anhembi*” de São Paulo, “*a igreja Matriz (...) era naquele tempo muito primitiva, constando apenas de quatro paredes socadas à mão pelos escravos dos principais fazendeiros da redondeza, com chão batido e telha-vã (...) nas solenidades religiosas as famílias levavam seus tapetes, em que se ajoelhavam e se sentavam senhoras, moças e crianças. Os homens ficavam dos lados, em pé*”.

Os moradores, fregueses em 1886, forneceram esmolos como subsídios ao Vigário José Ferreira da Silva para se demolir a antiga matriz e se construir um templo à altura da cidade que prosperava.

A finada Viscondessa de Castro Lima legara em testamento à nova Matriz oitenta contos de reis (atualmente valores equivalentes a quatro milhões e meio de reais). O filho, Conde Moreira Lima (Joaquim José Moreira Lima), responsabilizou-se por fazer os pagamentos parcelados na proporção das despesas da obra.

Enquanto a nova construção (a quarta) se processava, o culto religioso era realizado na recém-inaugurada igreja de São Benedito, construída por donativos encabeçados pelos cinquenta contos de réis da Viscondessa de Castro Lima. O projeto do engenheiro francês Charles Peyranton foi executado sob a administração do Conde Moreira Lima, que, com a mãe, foi financiador. Essa igreja foi inaugurada a 14 de fevereiro de 1884, de um compromisso da antiga Irmandade de São Benedito, criada em 1852, para a edificação da igreja que é hoje o Santuário de São Benedito. Tratava-se de uma Irmandade de brancos, pretos cativos e livres, e a ela se associou o jovem que se tornou o Conde Moreira Lima. Este, junto ao irmão, o Barão de Castro Lima, também membro, como tesoureiro da Irmandade arrecadou fundos para comprar o terreno a ser doado, sem ônus para a entidade. Consta da crônica loreense que, em 4 de novembro de 1884, o templo recebeu com a maior pompa a visita da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. A Princesa, segundo esse registro, visitou a igreja de São Benedito, a qual achou “bem bonita,

sobretudo internamente”. Consta ainda que, em 1886, o Conde Moreira Lima e esposa, a Condessa Dona Risoleta Moreira Lima, hospedaram o Imperador D. Pedro II e Dona Tereza Cristina, a imperatriz, que também visitaram a igreja de São Benedito. Nesse ano de 1886 deu-se início à construção da nova matriz. A imagem da padroeira então foi transferida para a Igreja de São Benedito. Completada a construção da nova matriz, em 1890, a imagem retornou solenemente ao seu altar-mor, à sua fonte referencial.

Passando por sucessivas reformas, o templo dedicado a São Benedito foi-se deteriorando, até que seu estilo neogótico exigisse uma completa restauração, no século passado, o que foi realizado pela Conservadora/Restauradora Cláudia Aparecida Garcia Rangel.

Cumpre acrescentar que na sede da Diocese, os dois templos, a Catedral e o Santuário de São Benedito, são importantes monumentos arquitetônicos e artísticos, referências de fé e cultura. Paradigmas de um culto formador de identidades.

Interior da Matriz de Nossa Senhora da Piedade



A nova Matriz – depois Catedral

*“Severa e poderosa com sua torre única,
(...) adotarei para esta igreja o estilo romano.
(...) Farei um templo
não sem maiores ambições,
porém com um ar de Catedral:
(...) Quanto a um só ponto mostro-me indeciso:
não sei para que lado volte a frente
de minha Catedral.
(...) Não, minha Catedral não poderá
voltar as costas para o rio
nem para a Mantiqueira,
que um e outra eram caminho e porta para as Minas:
à beira-rio ainda se vê o marco das Bandeiras,
o porto onde a cidade teve origem (...).”*

*In Meditação do Engenheiro Ramos de Azevedo – Péricles
Eugênio da Silva Ramos – Lua de ontem*

O projeto da Matriz foi idealizado pelo afamado arquiteto e engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, projetista de vários célebres edifícios, entre eles o Teatro Municipal de São Paulo. O arquiteto Ramos de Azevedo assim se expressou relativamente ao novo templo: “um templo de puro estilo romano, todo ele incombustível, solidamente construído, em condições de atravessar séculos e não demandar senão poucos trabalhos de conservação”. Todo o travejamento, de aço, foi importado da Bélgica; as telhas da cobertura vieram diretamente de Marselha e os mosaicos do piso foram fabricados em Paris mediante desenhos pró-

prios remetidos de Lorena. O órgão, de origem francesa, e o relógio foram doados pela Baronesa de Santa Eulália, irmã do Conde Moreira Lima. Os sinos, pelo Dr. José Machado Coelho de Castro. D. Odila Machado Coelho mobiliou a Igreja, gastando três contos de réis com os bancos. Os componentes da Diocese foram gratos a todas essas generosidades, um povo reconhecido de maneira entusiástica.

A Sagração da Catedral

No final do século XIX, a cidade de Lorena viu surgirem suas belas igrejas que nos encham de encanto pelas belezas arquitetônicas e pelos sentimentos de piedade religiosa que despertam. A Igreja de São Benedito começou a ser construída no dia 25 de novembro de 1875, sendo inaugurada após oito anos e alguns meses. Em 1886, o Pe. José Ferreira da Silva, juntamente com o Conde Moreira Lima, que já coordenara os trabalhos de construção da igreja de São Benedito, deram início às obras de edificação da atual Catedral de Lorena, à época Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Essa igreja foi concluída em apenas três anos, aproximadamente. A antiga igreja do Rosário já estava bastante desgastada; aproveitando, então, a ocasião da oportuna presença do afamado arquiteto e engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que projetara a nova Matriz, solicitaram-lhe que projetasse também uma nova igreja do Rosário, e assim foi feito. A execução desse projeto, porém, só seria concluída em 1919. A Igreja do Rosário dos Homens Pretos recebia essa denominação por ter como mantenedora a Irmandade desse mesmo nome. Os Irmãos se cotizavam para cobrir as despesas, organizar os atos litúrgicos, acompanhar com símbolos as procissões e recolher somas para uma caixa que financiava a compra de cartas de alforria para os escravos.

No último dia da década de 1880, iniciava-se em Lorena um grande e esperado festejo: a inauguração da Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Segundo as palavras de Dom Lino Deodato Rodrigues Carvalho, registradas no livro de tombo da paróquia, tendo ele resolvido proceder a bênção da nova Matriz de Lorena, Diocese e Estado de São Paulo e a sagração dos três altares nela contidos, partiu da capital no dia 31 de dezembro, chegando ao meio dia à cidade de Lorena. Ao entardecer do mesmo dia, realizou a bênção solene do Templo, conforme o Pontifical Romano. Em seguida à bênção realizou-se a solene transladação da veneranda imagem de Nossa Senhora da Piedade, da

igreja de São Benedito, que estava servindo de matriz, para seu novo templo. Foi uma piedosa, comovente e concorrida procissão noturna. Talvez nunca tenha havido em Lorena outra procissão tão bonita e festiva como aquela.

No dia 1º de janeiro de 1890, festa da circuncisão do Senhor, foi sagrado o altar-mor, que é todo de mármore. Foi-lhe colocada na cavidade central ou sepulcro a pedra contendo as relíquias dos santos Celestino e Teodoro, cumprindo-se todo o ritual prescrito pelo Pontifical Romano. Às 11h começou a Missa Pontifical no novo altar.

No dia 3, à noite, ocorreu o depósito e exposição das relíquias para a sagração do altar de Nossa Senhora da Guia, ao lado esquerdo, ou da Epístola. Na manhã do dia 4, esse altar foi sagrado, incluindo-se na cavidade central as relíquias das santas Angélica, Fortunata e Celestina. No mesmo dia 4, à noite, houve a exposição e a colocação das relíquias para a sagração do altar do Sagrado Coração de Jesus, que é igualmente de mármore e fica à direita do altar-mor, do lado do Evangelho. No domingo, dia 5, esse altar foi sagrado, introduzindo-se no sepulcro as relíquias dos santos Aurélio, Angélica e Fortunata. Após a sagração, Dom Lino celebrou a missa dominical nesse mesmo altar.

No dia 7 de janeiro, dia do regresso de Dom Lino e de sua comitiva à sede do Bispado, foi celebrada uma missa pelo descanso eterno de alguns paroquianos defuntos. Depois houve administração da Crisma a três pessoas. Após a conclusão de seu serviço em favor do povo de Lorena, o senhor Bispo pôde partir para São Paulo utilizando-se de um trem.

Segundo registrou o Dr. Gama Rodrigues no livro *Gens lorenensis* de 1956, a página 102, encantado com a beleza, a grandiosidade e o refinamento da nova igreja de Nossa Senhora da Piedade, bem como com o estilo arquitetônico adotado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho teria expressado publicamente sua admiração ao abençoá-la dizendo: *“É antes uma Basílica que uma Matriz esta igreja de Lorena”*.

Na entrada principal, gravadas em mármore, com letras douradas, as referências e os nomes (cf. registro):

*Iniciada em 1º de 10BRº de 1886**

Inaugurada em 1º de janeiro de 1890

Administrador das obras

O vigário

José Ferreira da Silva

Director Technico

O Engenheiro Architetto

*F. P. Ramos de Azevedo***

Notas:

* 10 BRº = 10 de outubro

**F.P. (Francisco de Paula) Ramos de Azevedo

A Catedral de Nossa Senhora da Piedade é uma forte expressão da devoção mariana do povo cristão de Lorena e de toda a diocese. Que saibamos sempre conservar esse patrimônio material construído pelos nossos antepassados e guardar, sobretudo, o tesouro mais precioso que ele nos legou: a tradição e a fé cristã.

A nova Diocese

Afinal, as igrejas destinadas à catedrais se eternizam em suas construções. Feitas para durar. Para não acabarem roídas pelo tempo. Revelam beleza, magnificência e sacralidade. São monumentos históricos referenciais civilizatórios, obras de arte e polos culturais. Para a glória de Deus e reverência dos seres.

A criação da Diocese de Lorena, no dia 31 de julho de 1937, pela bula *“Ad Christianae Plebis Regimen”* deu-se pela assinatura do núncio Apostólico junto à República do Brasil, Dom Bento Aloísio Masella, no Palácio da Nunciatura, no Rio de Janeiro, então capital Federal. Aos 3 de dezembro do mesmo ano foi assinado o ato de nomeação do Bispo

de Taubaté, Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcânti, para o cargo de Administrador Apostólico, até que a diocese recém-criada estivesse provida de seu pastor.

A inauguração oficial do novo bispado deu-se aos 25 de janeiro de 1938. Pela manhã, houve missa solene na Catedral, com a presença de Dom André e o discurso congratulatório proferido pelo padre Roque Pinto Barros. Ao anoitecer, um *“Te Deum Laudamus”* foi acompanhado por um eloquente sermão do padre Antônio de Almeida Moraes.

Segundo compromisso assumido, o Conde José Vicente de Azevedo doou 200 contos de réis em dinheiro para o patrimônio do bispado, como auxílio às paróquias pobres da diocese, e doou mais cem contos de réis em títulos do Estado de São Paulo, com juros anuais de 6%. Esse patrimônio foi passado para as mãos de Dom André para que o administrasse até nomeação do bispo diocesano.

O Conde, no final de 1940, concluiu a reforma do antigo solar da mãe, Dona Angelina Moreira de Azevedo, e mobiliou-o para servir de residência episcopal. Também fez o edifício para a instalação da Cúria diocesana, à Travessa da Catedral (hoje, local da Secretaria da paróquia de Nossa Senhora da Piedade). Em anexo, construiu o prédio para o seminário menor, tendo adquirido o terreno para essa finalidade. Foi aproveitado o material da antiga matriz, e o projeto arquitetônico provavelmente foi do arquiteto da Catedral. Entretanto, sucessivas reformas a descaracterizaram.

O novo pastor foi anunciado ao Monsenhor José Artur de Moura nos últimos dias de 1940. Registrou a notícia do Livro do Tombo com as seguintes palavras *“Dom André, na véspera do Natal, às 9 horas, chamando-me pelo telefone, deu-me essa boa nova: o senhor Bispo de Lorena acaba de ser anunciado pelo núncio apostólico. O escolhido foi Dom Francisco Borja do Amaral, Pároco da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas. Pode comunicar oficialmente ao povo na ocasião do Natal”*. Do púlpito a grata notícia foi dada e festejada – *“um belo presente de Natal”*, registra o documento divulgado logo após a escolha dos festeiros para o ano seguinte. À proclamação do *“Habemus Pontificem”*, *“o povo delirou de entusiasmo, quase bateu palmas”*. Assim terminou a festa do Natal.

A cerimônia de sagração de Dom Francisco realizou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, a 16 de fevereiro de 1941, num domingo, pela manhã. Sagrante: Bispo de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto; Consagrantes: Dom Otávio Chagas de

Miranda e Dom Joaquim Mamede da Silva Leite. O monsenhor José Artur de Moura esteve presente, acompanhado de numerosa comitiva. Dom Francisco foi homenageado no Teatro Municipal de Campinas, saudado pelo catedrático Dr. José Carlos Ataliba Nogueira, da Faculdade de Direito de São Paulo, a que se seguiu um concerto conduzido pelo maestro Salvador Bove.

No dia 23 de fevereiro, Dom Francisco Borja do Amaral celebrou a primeira missa pontifical na Matriz do Carmo, tendo entre as intenções uma dedicada ao povo lorenense.

Após a sagração, foi marcada a data da chegada a Lorena para o dia 23 de março. Às 17 horas desse dia, deu-se a posse para gáudio dos habitantes das paróquias da Diocese recém-criada.

A chegada do Primeiro Bispo

Consolida-se a nova diocese – A Festa e os atos introdutórios

A recepção a Dom Francisco Borja do Amaral revestiu-se de pompas. Toda a cidade de Lorena foi decorada com arcos e emblemas comemorativos, além de bandeiras e adornos iluminados.

Uma comitiva esperava pelo Bispo, em Aparecida, e a partir daí um cortejo de trinta carros o acompanhou, ele que vinha de carro desde Campinas. Eram acompanhantes de São Paulo e de várias cidades valeparaibanas. O governo do Estado fez-se representar pelo Secretário da Justiça, Sr. José Moura Resende. Na comitiva de Dom Francisco encontrava-se o Pe. Irineu Cursino de Moura, diretor da Confederação Marianas, e expressivo número de congregados.

Estavam presentes, além de Dom André Arcoverde, Administrador Apostólico da Diocese, autoridades religiosas, civis e militares, diversas diretorias de associações com seus estandartes e distintivos. Chegaram em procissão ao jardim do Santuário de São Benedito, onde Dom Francisco Borja do Amaral foi recebido com honras.

Ao som do Hino Pontifício tocado por três bandas - a do 5º Regimento, a da Fábrica de Pólvora de Piquete e a Mamede de Campos - , sob grandes ovações e júbilo, Dom Francisco foi cumprimentado por Dom André, pelas autoridades presentes e o cura da Catedral, que fez as devidas apresentações.

Em seguida, o Dr. Antônio Gama Rodrigues saudou Dom Francisco em nome do prefeito.

Em seguida, Dom Francisco entrou no Santuário de São Benedito para algumas orações, e sob o pálio, após se paramentar, foi seguido pelas autoridades e o povo em geral. Na rua Dom Bosco, o Promotor Público, Dr. Francisco Meirelles Freire, saudou o senhor Bispo em nome das autoridades presentes. Aplaudido pela população, foi recebido com muitas homenagens na Catedral, ao som de bandas e das vozes de mais de 500 marianos. Dom Francisco recebeu então do Cura a primeira incensação. Depois, o coral Nossa Senhora da Piedade entoou o Te-Deum, e feitas as orações rituais, Dom Francisco subiu pela primeira vez à Cadeira Episcopal e tomou posse da diocese. Dom André empossou-o e o Pe. Paulo Consolini, salesiano de Niterói, fez o sermão congratulatório em nome do clero regular e secular.

Dom Francisco deu a primeira bênção, orou frente ao Santíssimo Sacramento e retirou-se para a residência episcopal enquanto o coro entoava o *“Ecce Sacerdos Magnus”*. Os fiéis o acompanharam e postaram-se frente à sua residência. Dom Francisco, comovido, de uma das janelas agradeceu as manifestações de júbilo e recolheu-se.

Os festejos prolongaram-se por oito dias. Esta foi a manifestação calorosa ao 1º Bispo da Diocese de Lorena.

A vida da Diocese continuou seu ritmo de atividades com Dom Francisco à frente e na liderança. Permaneceu em Lorena até 1944. As visitas pastorais se sucederam até o cumprimento de sua permanência na cabeça da diocese. Deixou lembranças ao partir. Foi sucedido por Dom Luis Gonzaga Peluso.

Considerações Finais

Outros bispos registraram suas presenças no transcorrer desses 75 anos que ora comemoramos, até à presença do atual Bispo Dom Benedito Beni.

A história da Diocese de Lorena, que ora se rejubila pelos 75 anos de continuidade da missão a que foi destinada, sob invocação de Nossa Senhora da Piedade, é para ser preservada e cultivada com fé e esperança. O afeto deverá ser o esteio da expectativa para os tempos que virão e os acontecimentos que marcarão a sua trajetória.

Pertencer a uma comunidade católica vinculada a uma diocese é um dos fatores identitários de um povo que se organiza pelos caminhos da fé, sob o beneplácito de uma hierarquia simbólica. Reconhecer-se sob esses aspectos mantém em amálgama os destinos e os projetos das paróquias - comunidades. E as torna solidárias e imantadas pela fé.

Rejubilemo-nos pela comemoração dos 75 anos de nossa Diocese. Seja ela, realmente, semente e bênção sempre pródigas para as sucessivas gerações. Para que seja mantido um diálogo dos tempos e dos lugares possíveis onde um povo dinamicamente se reinventa para, pela memória imbricada do passado projetado no futuro, revelar como lume, no presente, a essência do enigma da vida nas narrativas que lhe dão significado histórico e simbólico.

Sob as bênçãos de Nossa Senhora da Piedade, invocada como padroeira de toda a Diocese.



Conde José Vicente de Azevedo

Texto e pesquisa:

Dóli de Castro Ferreira, Mestre em História Social - USP - 2004

Em fundamentação do trabalho apresentado pelo Pe. Fabrício Beckmann sob o título "Diocese de Lorena - 75 anos", título que uso igualmente neste esboço histórico. São citados também outros trabalhos, cujas referências estão no fluxo do texto, além do livro "Conde José Vicente de Azevedo - sua vida e sua obra", da autoria de Maria Angelina Vicente de Azevedo, et alii - Fundação Nossa Senhora Auxiliadora, do Ipiranga, SP, 1996.





Dioceses

A palavra diocese (de origem grega: *dioíkesis*, e pelo latim *diocese*) foi muito usada no Império Romano, no sentido de administração e de governo. Foi com esse significado que a Igreja Católica a adotou para designar uma área territorial confiada à responsabilidade e aos cuidados espirituais de um bispo, com sua sede instalada numa cidade da diocese.

A primeira diocese do Brasil foi a de São Salvador da Bahia, criada em 1551 pelo papa Júlio III. Durante 126 anos foi a única diocese do Brasil. Em 16 de novembro de 1676, pela Bula do papa Inocêncio XI, foi criada a Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, e em 6 de dezembro de 1745, o papa Bento XIV criou a Diocese de São Paulo, e todas as paróquias valeparaibanas passaram a lhe prestar obediência.

Em 7 de junho de 1908, o papa Pio X criou a diocese de São Francisco das Chagas de Taubaté, desmembrando-a da de São Paulo, sendo seu primeiro bispo Dom Epaminondas Nunes de Ávila e Silva. Quando de sua criação, a diocese de Taubaté era composta de 39 paróquias, mas logo foram a ela agregadas três outras, se tornando uma das mais extensas do estado, pois compreendia todas as cidades do Vale do Paraíba paulista, mais o lado paulista das Serras da Mantiqueira e do Mar e todo o Litoral Norte, perfazendo 42 paróquias, 3 a mais das 39 iniciais. Devido à sua extensão territorial, havia dificuldade na sua administração. Dessa forma, tornou-se necessário o desmembramento de seu território.

Em 31 de julho de 1937, por meio da Bula *“Ad Christianae Plebis Regimen”* o papa Pio XI criou a Diocese lorenense com as paróquias de Lorena, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos Novos de Cunha, Cruzeiro, Cunha, Embaú, Pinheiros, Piquete, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

Freguesias

O termo freguesia tem uma interpretação etimológica curiosa. Nasceu da palavra *“filius ecclesiae”*, que acabou se transformando em *“freguês”*. Dai ser *“Freguesia”* um vocábulo vinculado inicialmente à ideia religiosa. Esta nada mais era, sob o ponto de vista eclesiástico, que uma área onde se exercia a jurisdição espiritual de um pároco. Como a Igreja Católica estava, ao tempo da Colônia e do Império, fortemente ligada ao poder civil, a constituição de uma Freguesia, aceita pelo poder do Estado, era o ponto inicial do futuro crescimento de um Município, cuja sede era a Vila. Como o ocorrido em vários lugares do país, no Vale do Paraíba era em torno da capela que se formava uma povoação, com o tempo elevada a freguesia. Assim, após uma fase de desenvolvimento inicial, o poder civil reconhecia-lhe a existência legal dando-lhe prerrogativa de freguesia, que já tinha sido outorgada à capela. A freguesia dos tempos colonial e imperial corresponderia, no período republicano, ao atual distrito.

Lorena



O nascimento de Lorena deu-se em função da travessia do Rio Paraíba, no chamado “porto de Guaypararé”, em terras guaratinguetaenses. O núcleo inicial surgiu em terras “das roças de Bento Rodrigues”, ponto de pouso para os que se dirigiam para as minas dos cataguases. Sua origem se prende ao patrimônio religioso por doação feita por Bento Rodrigues Caldeira, João de Almeida e Pedro da Costa Colaço, em 1705, para a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Seu crescimento foi relativamente rápido, já que, em 1718, se constituía Freguesia e, em 14 de novembro de 1788, o governador da Capitania de São Paulo, o capitão general Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, a elevava à condição de Vila, desmembrando-a de Guaratinguetá, com o nome de Lorena. E em 1856 tornava-se cidade.

Ao centro, D. José Gaspar de Affonseca e Silva, arcebispo de São Paulo: à sua esquerda, D. Francisco Borja do Amaral, 1º Bispo da Diocese de Lorena, com irmãs salesianas, por ocasião do Congresso Eucarístico Diocesano, em maio de 1942



A Catedral de Nossa Senhora da Piedade vista da Praça capitão-mor Manuel Pereira de Castro – foto da década de 1930



A igreja do Rosário na Praça capitão-mor Manuel Pereira de Castro – foto da década de 1930



*A igreja de São Benedito,
na década de 1930*

Lorena



Dom Francisco Borja do Amaral, 1º bispo da Diocese de Lorena, após celebração da Páscoa dos operários, em 1º de Maio de 1941



*Tradicionalmente, todos os anos, a comunidade católica de Lorena participa da procissão de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da cidade.
Foto da década de 1950*

Igreja Matriz de Santa Anna, em Areias, na década de 1920



Areias



À margem do “Caminho Novo da Piedade”, que de Lorena seguia para o Rio de Janeiro, no vale do Rio Vermelho surgiu Areias, no século XVIII, a partir de um pouso de tropeiros que dali buscavam o porto de Mambucaba. Por volta de 1776, moradores edificaram uma capela sob a invocação de Santa Anna. O povoado que se formou ao redor da capela tornou-se conhecido como Santana das Areas da Paraíba Nova, que se tornou Vila em 28 de novembro de 1816, com o nome de São Miguel das Areias, homenagem ao príncipe Dom Miguel, filho de Dom João VI. Em 1857, passou à categoria de cidade.

A igreja matriz dedicada a Sant’Ana, padroeira da cidade, teve sua construção iniciada em 1792 e o término somente em 1874. Notáveis em seu interior são as imagens da padroeira, de São Miguel e do Cristo Morto. É famosa a sonoridade de seu sino maior, que pode ser ouvido a longa distância.



Crianças da Cruzada Eucarística em Bananal

Em 1778, por ordem do governador da Capitania de São Paulo, general Martins Lopes Saldanha, o capitão-mor Manuel da Silva Reis doou sesmarias para os que ajudaram a abrir o “Caminho Novo da Piedade”.

Bananal teve suas primeiras bases lançadas no ano de 1783, originando-se de uma das 13 sesmarias concedidas aos pioneiros da colonização. A povoação foi fundada por João Barbosa de Camargo e sua mulher Maria Ribeiro de Jesus, sesmeiros, que, em pagamento a uma promessa construíram uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, que se tornou o padroeiro do povoado. Com o passar dos anos e a movimentação dos fiéis à capela, resolveu-se mudar sua localização. Foi doado então o terreno onde hoje se localiza a atual igreja matriz, por escritura de 10 de fevereiro de 1785. Em 26 de janeiro de 1811, a capela foi elevada a Freguesia e pelo decreto de 10 de julho de 1832 tornou-se Vila. Com a expansão da cafeicultura e o enriquecimento da Vila, esta foi elevada à categoria de cidade por Lei Provincial de 3 de abril de 1849.

Dom Francisco Borja do Amaral à porta da igreja Matriz de São Bom Jesus do Livramento, em Bananal, na década de 1940



*Igreja Matriz de São
Bom Jesus do
Livramento, na
década de 1920*

Bananal



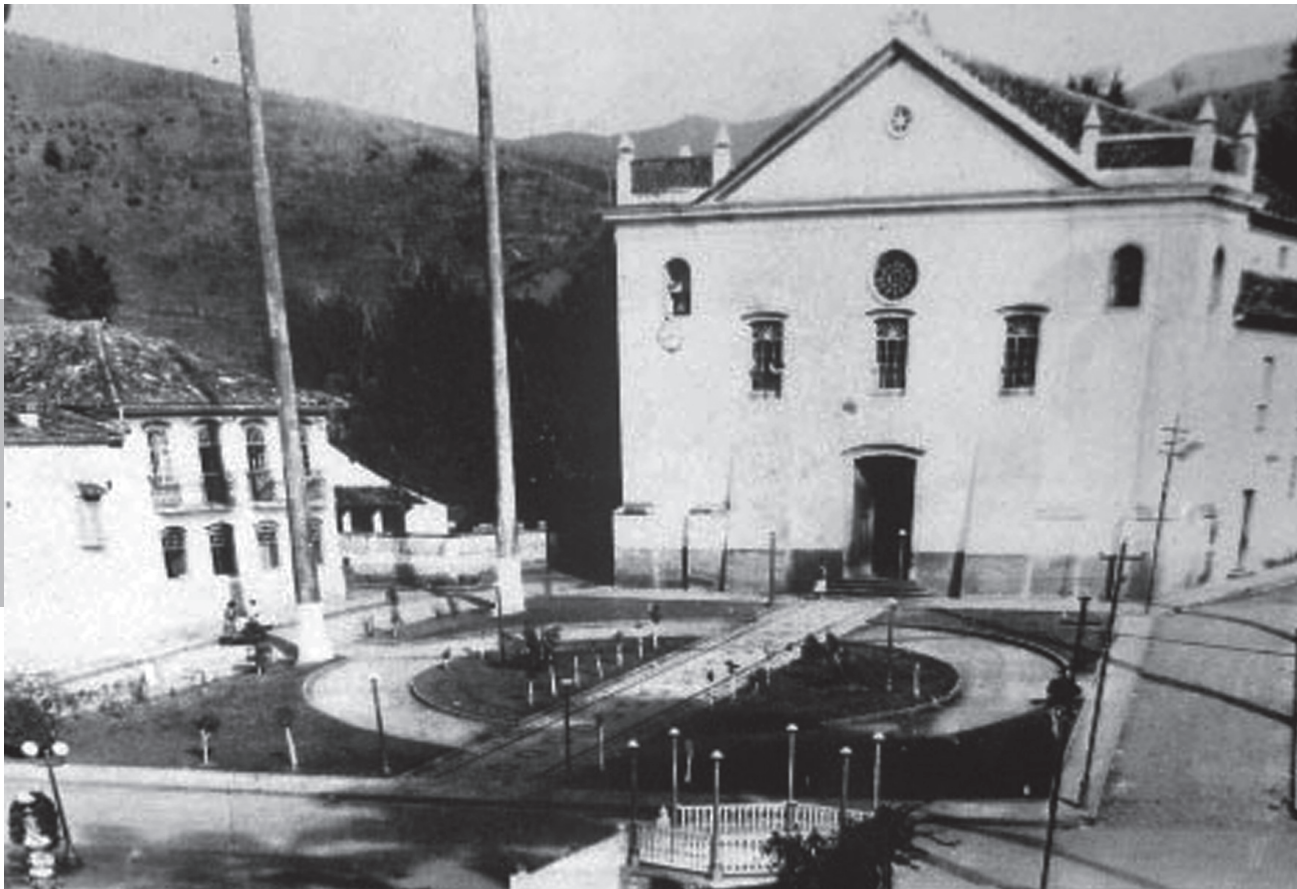


Saída de procissão da Matriz de Bananal



Bananal

Igreja do Senhor Bom Jesus do Livramento, matriz de Bananal, construída , provavelmente, na década de 1830-40





*Igreja Matriz de Santo Antônio, em
Cachoeira Paulista, edificada à margem
direita do rio Paraíba do Sul*



*Capela de São Bom Jesus da Cana Verde, marco
inicial da Freguesia de Cachoeira Paulista, edificada
à margem esquerda do rio Paraíba do Sul*

Cachoeira Paulista



O marco inicial do primitivo núcleo de que se originou Cachoeira Paulista foi a construção de uma capela erigida por devotos a São Bom Jesus da Cana Verde, por volta do ano de 1780. Para constituir patrimônio dessa capela, Manoel da Silva Caldas e sua mulher doaram, em 18 de outubro de 1784, uma porção de terras na margem esquerda do Paraíba, que avançava meia légua em direção à Serra da Mantiqueira, o que permitiu o crescimento de um vilarejo. Em 6 de agosto de 1786, a capela foi benta pelo vigário de Guaratinguetá, padre Manoel Lescura Bauher. A imagem do Senhor Bom Jesus foi doada pelo vigário de Lorena, padre José Gonçalves Silva. Em 29 de março de 1876, a capela foi elevada a Freguesia com o nome de Santo Antônio da Cachoeira e, em 9 de março de 1880, desmembrando-se de Lorena, tornou-se Vila com o nome de Santo Antônio da Bocaina. A origem do nome Cachoeira se deve ao fato de o rio Paraíba apresentar algumas corredeiras próximas ao local onde se originou a cidade. Foi também conhecida como Porto da Caxoeira, Santo Antônio da Bocaina, Vila da Bocaina, Bocaina, Valparaíba e, finalmente, Cachoeira Paulista.



Procissão percorre as ruas de Campos Novos de Cunha.

O povoado de Campos Novos de Cunha surgiu de maneira espontânea nas proximidades da capela de Nossa Senhora dos Remédios construída em terras doadas por Manoel Lopes D'Assunção. A construção da capela teve início em 5 de fevereiro de 1854 e sua inauguração e bênção ocorreram em 3 de junho de 1859, conforme provisão expedida por Dom Antônio Joaquim de Mello, Bispo de São Paulo. Em 8 de março de 1872, Dom Lino Deodato de Carvalho, Bispo de São Paulo, a elevou à condição de Freguesia; no entanto, a Paróquia teve seu primeiro vigário somente em 11 de setembro de 1873.

Igreja Matriz de Campos Novos de Cunha



Campos Novos de Cunha

Paroquianos em frente à igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Campos Novos de Cunha





*Igreja Matriz da Imaculada
Conceição em construção*

*Capela construída pelo Major Novaes,
em 1874, atendendo a um pedido de
sua esposa que faleceu em 5 de junho
daquele ano. Foi edificada sobre o seu
túmulo, na Fazenda Boa Vista, em
Cruzeiro e, durante anos, foi a única
capela da cidade.*



*Procissão de Corpus
Christi, em Cruzeiro,
em 1920*

Cruzeiro

O povoamento começou ao redor da estação de Estrada de Ferro D. Pedro II, que aí chegara em 1871, instalada em terras da Fazenda Boa Vista, do Major Manoel de Freitas Novaes, em território da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cruzeiro, antigo povoado do Embaú. No entanto, o povoado só começou a se desenvolver depois de 1884, quando se fez o entroncamento com a ferrovia para o sul de Minas Gerais. O novo núcleo aí surgido tomou o nome de “povoado da Estação”. Esse aglomerado humano cresceu tanto, que em 2 de outubro de 1901, o presidente paulista Rodrigues Alves assinou a Lei 789, que mudava a sede do município para junto da Estação. Quatro anos antes, em 1897, a Igreja reconheceu, antes do Estado, a vantagem de transferir do Embaú para Cruzeiro a sede da paróquia.

Quando a freguesia de Nossa Senhora do Embaú foi elevada a município, em 1871, tomou o nome de Cruzeiro.

A Igreja de Santa Cecília foi construída no final do século 19. Em 4 de novembro de 1895 foi inaugurada oficialmente. Em 1897 tornou-se matriz, com a transferência da sede da paróquia do Embaú para Cruzeiro.



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Cunha



Cunha

A origem de Cunha se prende ao “Caminho dos Guayanazes”, trilha indígena transformada em rota de acesso à região aurífera percorrida desde o final do século XVII.

Vencida a Serra do Mar, a partir de Paraty, a região de serra acima tornou-se conhecida como Facão. Ao longo dessa trilha ergueram-se ranchos e teve início um incipiente povoamento. Com o tempo, outras trilhas foram abertas conectando o Facão com as Vilas de Taubaté e Guaratinguetá.

Um dos pioneiros do processo de povoamento do Facão foi José Gomes de Gouveia e sua mulher Maria Nunes de Siqueira, que construíram em suas terras uma capela inaugurada em 1731: a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Facão. Houve um crescimento de moradores ao redor dessa capela, o que concorreu para que, em 1749, se tornasse sede da Paróquia, oficializando-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão. Em 15 de setembro de 1785, a Freguesia se emancipou política e administrativamente da Vila de Guaratinguetá, tornando-se Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, capitão-general Francisco da Cunha Menezes.



*Procissão da Festa do Divino de 1945,
em Cunha*

Vista aérea de Cunha em 1937— no primeiro plano, a matriz de Nossa Senhora da Conceição



Cunha



Igreja Matriz de Cunha

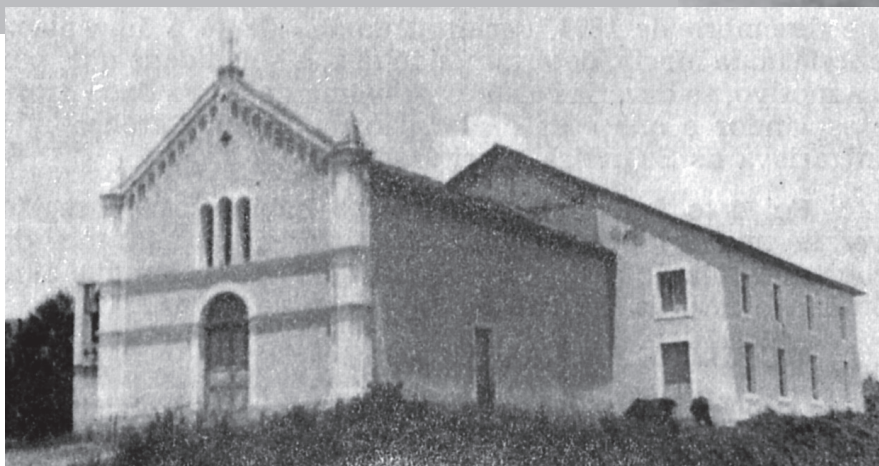
Embaú

Saída de procissão com a imagem da Imaculada Conceição, pelas ruas do Embaú em 1950



Foi o ciclo do ouro que motivou a formação do núcleo embauense. Os bandeirantes, atravessando o Paraíba no Porto de Guaypacaré, pela margem esquerda ganharam o Vale do Passa-Vinte atravessando a garganta do Embaú, na Mantiqueira, em direção às minas de ouro.

Entre a capela de Nossa Senhora da Piedade e os pontos mais altos da Mantiqueira estabeleceram-se os primeiros povoadores. Já em 1781, moradores do Embaú, liderados pelo sargento-mor Antônio Lopes da Lavra, solicitaram e obtiveram do Bispo de São Paulo provisão para erigir uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a ser localizada na “estrada real que segue para as Minas Gerais”. Em 1787, a capela foi concluída e no dia 7 de outubro, o padre Manuel Gomes Loureiro, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, benzeu o referido templo. O povoado desenvolveu-se ao redor dessa capela, nascido indiretamente em função da atividade mineradora. A primeira expressão política desse aglomerado de habitantes veio a surgir em 19 de fevereiro de 1846, quando foi elevado a Freguesia com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Embaú. Em 6 de março de 1871, o núcleo embauense ganhou autonomia emancipando-se de Lorena com o nome de Vila da Nossa Senhora da Conceição do Cruzeiro. Em 22 de julho de 1897, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcânti, Bispo de São Paulo, transferiu a sede da Paróquia do Embaú para o povoado da Estação do Cruzeiro.



A Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Embaú



Dom Francisco Borja do Amaral, 1º bispo diocesano de Lorena, no Embaú: à frente, a matriarca, Dona Ricarda, da tradicional família Godoy daquele bairro – foto da década de 1940

Embaú



Em Aparecida, Dom Francisco Borja do Amaral com membros da família Godoy, do Embaú: o senhor Bispo ladeado por sua mãe, dona Escolástica, e dona Ricarda Godoy – foto da década de 1940

Imagem da Imaculada Conceição, no Embaú





O seu primeiro núcleo surgiu às margens de uma estrada que vinha de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, passando por Queluz. Pinheiros teve origem no povoado fundado por Onório Fidelis do Espírito Santo e Manoel Novaes da Cruz, em 1828, em torno da Capela de São Francisco de Paula. Este povoado inicialmente pertencia ao território de Areias. Com a elevação de Queluz à categoria de Vila, em 1842, Pinheiros foi anexado ao território dessa nova Vila. Em 13 de março de 1846, foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula dos Pinheiros por Dom Manuel Joaquim Gonçalves, sexto Bispo de São Paulo. Em 27 de junho de 1881, por Lei Provincial de São Paulo, a Freguesia foi elevada a Vila com o nome de Vila de São Francisco de Paula dos Pinheiros, desmembrando-se do território de Queluz. Em 1906, pelo Decreto 1021, de 6 de novembro, São Francisco de Paula dos Pinheiros passou a se chamar Pinheiros. Com o declínio da cultura do café e afastado da estrada de ferro e da rodovia Rio - São Paulo, Pinheiros perdeu a condição de município passando a distrito em 1934, e incorporado a Queluz. Em 1937, foi restaurado o município. Mais tarde, em 1949, a sede foi levada para Lavrinhas.

Pinheiros



Igreja de São Francisco de Paula, após reforma, com apenas uma torre

Pinheiros



Pinheiros, na década de 1930 – à direita, a antiga matriz de São Francisco de Paula com duas torres





Procissão de São Miguel Arcanjo, padroeiro de Piquete, saindo da igreja Matriz – foto da década de 1940

Originou-se de maneira espontânea às margens do chamado Caminho da Serra do Itajubá, aberto em 1741 por Lázaro Fernandes, ligando a paragem do Campinho, na Freguesia da Piedade, à margem esquerda do Paraíba, à Freguesia de Soledade do Itajubá, em terras mineiras. Esse caminho proporcionou o intercâmbio comercial entre o Sul de Minas e o Vale do Paraíba e os portos de Mambucaba e Parati. Por ele foi gradativamente aumentando o número de tropas que se arranchavam ao longo da estrada, no sopé da Mantiqueira, próximo a um “registro”, posto de fiscalização sempre guarnecido por um “piquete” de cavalaria. Muitos desses tropeiros aí se fixaram com suas famílias, plantaram roças e foram pioneiros no processo de povoamento da região. Esse agrupamento humano deu origem ao Bairro do Piquete. Em 1864, Dom Sebastião Pinto do Rego, bispo de São Paulo, concedeu provisão para ereção nesse bairro de uma capela sob a invocação de São Miguel. Estiveram à frente das obras de construção o Major Joaquim Vieira Teixeira Pinto e José Mariano Ribeiro da Silva. Em 22 de março de 1875, o bairro foi elevado à condição de Freguesia e em 7 de outubro de 1888 tornou-se paróquia com a vinda de seu primeiro vigário, padre Francisco Filippo. Em 7 de maio de 1891, a Freguesia de São Miguel do Piquete foi elevada a Vila com o nome de Vila Vieira do Piquete.



*Vila Vieira do Piquete: ao alto, a antiga matriz de São Miguel
domina a paisagem – foto de 1906*

Piquete



Piquete



Em frente à Matriz de São Miguel, Dom Gaspar de Affonseca e Silva, arcebispo de São Paulo, Dom Francisco Borja do Amaral, bispo diocesano de Lorena e o vigário de Piquete, Pe. Septímio Ramos Arantes, em maio de 1942

*Catequistas com alunas
do catecismo paroquial,
em 1937*



*Congregados Marianos de Piquete, na
década de 1940*



*Saída de uma procissão da antiga matriz de São
Miguel, na década de 1920*





Igreja Matriz de São João Batista, de Queluz, quando a mesma tinha apenas uma torre – foto do início do século 20



Queluz

Originou-se de um aldeamento de índios puris criado no ano de 1800 em terras de Antônio José de Carvalho. Os puri viviam espalhados em terras da Vila de Lorena, da margem esquerda do Paraíba até a Mantiqueira. Foram preados e transferidos para um aldeamento e administrados por Januário Nunes da Silva, tendo como pároco o padre Francisco das Chagas Lima, responsável por sua catequese. A aldeia cresceu em torno de uma capela dedicada a São João Batista que, em 23 de março de 1803, foi elevada à condição de Freguesia com o nome de São João Batista de Queluz. Em 4 de março de 1842, tornou-se Vila, passando a município em 1876. O nome Queluz é uma referência ao Palácio de Queluz, próximo a Lisboa, em Portugal, onde nasceu Dom Pedro I. A igreja, construída entre 1800 e 1830 por índios e escravos, conserva sua estrutura em taipa e madeira de lei, bem como a imagem de São João Batista trazida de Portugal em 1870.

Dom Luiz Gonzaga Peluso, 2º bispo da diocese de Lorena, e o Pe. Lúcio, em Queluz



Queluz



*Concentração religiosa na praça Pe. Francisco das Chagas
Lima – ao fundo, a matriz de São João, em Queluz*

São José do Barreiro

No século XVIII, descendo a Mantiqueira em direção ao porto de Mambucaba, o Capitão Fortunato Pereira Leite e seu cunhado João Ferreira de Souza, com seus familiares e agregados, vindos de Pouso Alto se detiveram nas proximidades de um atoleiro de difícil passagem. Aí fundaram um arraial. Em 1820 foi erguida uma capela dedicada a São José que, em 2 de agosto de 1833, foi curada e, em 4 de março de 1842, foi elevada a Freguesia com o nome de São José do Barreiro. Desse período em diante, iniciou-se o processo de desenvolvimento proporcionado pela cultura do café. Em 9 de março de 1959 foi elevada a Vila, mantendo o nome de São José do Barreiro.

A igreja de São José do Barreiro foi construída por João Ferreira de Souza, um de seus fundadores. A sua bênção deu-se em 1839. A conclusão das obras da igreja deu-se em 19 de março de 1881. Em seu interior são notáveis as imagens de Nossa Senhora da Soledade, em madeira, de tamanho natural. Em sua capela mor estão sepultados os fundadores de São José do Barreiro, coronel João Ferreira de Souza e sua esposa Maria Rosa de Jesus.



*Vista parcial de São José do Barreiro, na década de 1920 –
ao centro, a igreja Matriz de São José*



São José do Barreiro







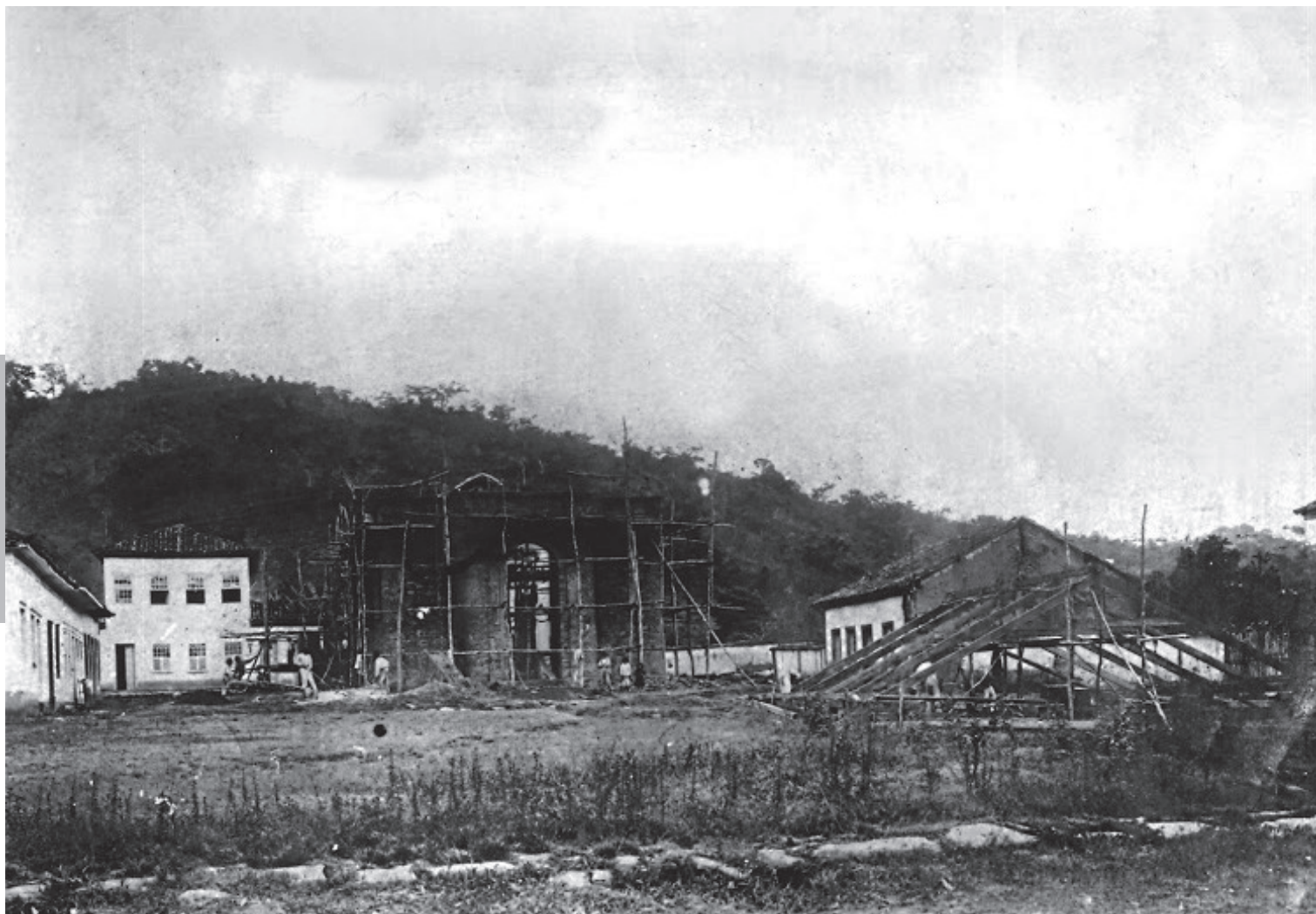
Silveiras

*Obra de construção da torre da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em
Silveiras – foto da década de 1950*



Surgiu com a abertura do “Caminho Novo da Piedade”. Foi a partir de um rancho de tropeiros instalado nessa paragem pelos irmãos Silveiras que cresceu o povoado. Os primeiros moradores chegaram antes de 1780. Ergueram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A capela curada de Nossa Senhora da Conceição dos Silveiras, como se tornou conhecida, foi elevada a Freguesia por Lei de 25 de dezembro de 1829 sancionada pelo bispo e vice-governador em exercício da Província de São Paulo, Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade. Em 1842 tornou-se Vila.

A primitiva capela data de 1780, erguida no mesmo local onde hoje se acha a matriz. Em 22 de fevereiro de 1864, Silveiras passou a cidade.



Em 1908, construção da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Silveiras, no local de uma antiga capela: ao fundo, o histórico sobrado de Manuel da Silveira

Vista parcial de Silveiras: ao centro, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – foto da década de 1920

Silveiras



A história da Diocese em imagens...

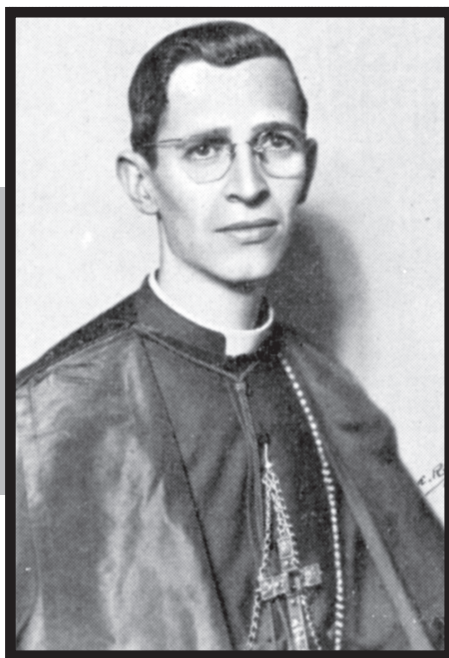


A sagração de Dom Francisco Borja do Amaral, 1º Bispo da Diocese de Lorena, ocorreu na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, no dia 16 de fevereiro de 1941. Na foto, o Bispo Sagrante, Dom Francisco de Campos Barreto, e os Bispos Consagrantes, Dom Otávio Chagas Miranda e Dom Joaquim Mamede da Silva Leite. À direita, o conde José Vicente de Azevedo.

Bispos da Diocese de Lorena



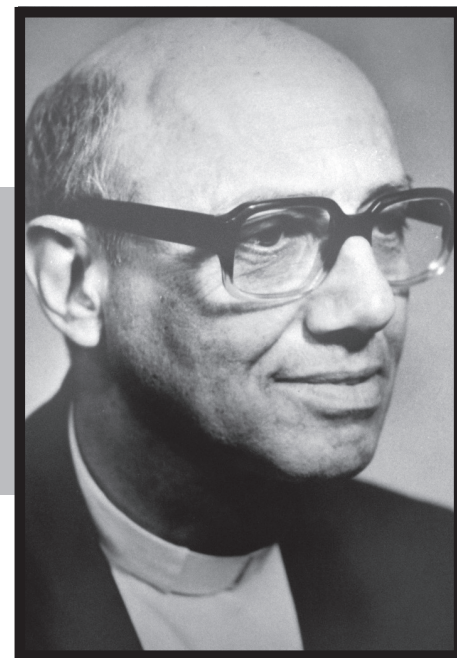
Dom Francisco Borja do Amaral
1940-1944



Dom Luiz Gonzaga Peluso
1946-1959



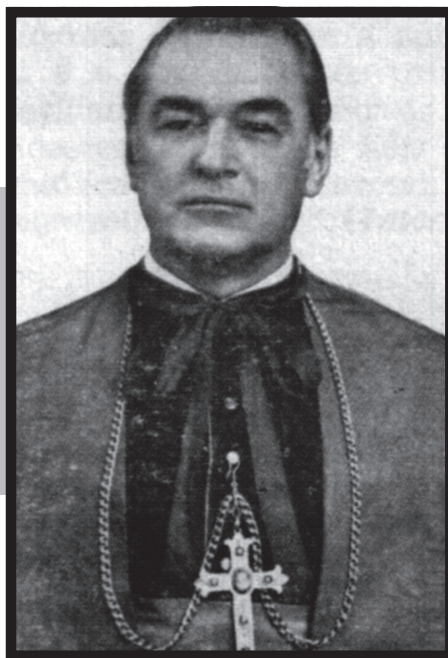
Dom José Melhado Campos
1960-1965



Dom Cândido Rubens Padin
1966-1970



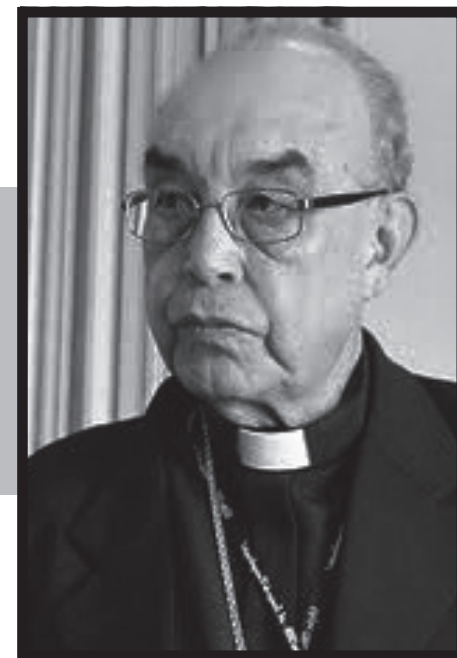
*Dom Antônio Afonso de Miranda
1971-1977*



*Dom João Hipólito de Moraes
1977-2001*



*Dom Eduardo Benes de Sales
Rodrigues 2001-2005*



*Dom Benedito Beni dos Santos
2006 -*

A Diocese no encerramento do Jubileu



A Diocese de Lorena existe não apenas como fruto de um ato jurídico representado pela bula de Pio XI *Ad Christianae Plebis Regimen*. Houve um processo histórico de gestação. Recordo dois momentos desse processo. No século XVIII, no povoado chamado “Roças de Bento Rodrigues”, os moradores ergueram uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Piedade. A devoção a Nossa Senhora da Piedade é muito antiga. Surgiu, em Portugal, no século XII. Em 1757, a Imagem de Nossa Senhora da Piedade se encontrava no Con-

vento de Santa Clara em Taubaté, então denominada Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Certamente que, através de Taubaté, a devoção a Nossa Senhora da Piedade chegou ao povoado que deu origem à cidade de Lorena. Portanto, na origem remota da Diocese de Lorena encontra-se a devoção a Nossa Senhora da Piedade.

No processo de gestação, não podem ser esquecidos o esforço e a inspiração do Conde José Vicente de Azevedo para fundar a Diocese. Ele assumiu, com fé e entusiasmo, essa tarefa herdada de seu pai. O Conde José Vicente de Azevedo foi um homem que viveu, em profundidade, desde a infância, santidade de vida marcada pela devoção à Eucaristia, a Nossa Senhora e a São José, fidelidade ao Magistério da Igreja, respeito para com os Sacerdotes e dedicação aos pobres. Doou todo o patrimônio necessário para formação da infraestrutura material da Diocese: residência episcopal, cúria e seminário, além de um fundo monetário.

Quando de sua fundação, em 31 de julho de 1937, a Diocese de Lorena tinha apenas 13 paróquias. Hoje, ela possui 30 paróquias e três santuários diocesanos. Possui 53 seminaristas. Destes, 33 se preparam para exercer o ministério na Comunidade Canção Nova, que nasceu na Diocese e aqui tem a sua sede. Além do seminário Diocesano, a Diocese abriga também o Seminário Filosófico dos Joseleitos e o pós-noviciado Salesiano. O clero da Diocese de Lorena conta com 75 padres, diocesanos e religiosos (salesianos e joseleitos). Vinte e sete padres diocesanos, exer-

cem o ministério na Comunidade Canção Nova.

Diversas congregações religiosas estão presentes na Diocese: Irmãs do Divino Mestre, Filhas de Maria Auxiliadora, Beneditinas de Tutzing e as Irmãs Salvistas, que exercem atividades pastorais na Santa Casa de Cruzeiro e na Paróquia Imaculada Conceição.

A Diocese de Lorena possui, como infraestrutura pastoral, o Diretório dos Sacramentos, o Plano de Pastoral de Conjunto e um Projeto Missionário. Esses três pilares da ação pastoral dão unidade à ação evangelizadora e fortalecem a comunhão eclesial.

Para marcar a celebração do Jubileu com atos bem concretos, estamos concluindo a construção do Seminário Diocesano e a reforma e modernização do prédio para o Centro de Evangelização.

O Seminário, em fase de conclusão, é um prédio amplo e moderno, destinado a receber 50 seminaristas. Possui também uma perspectiva missionária, pois destina-se a acolher alunos de dioceses pobres que não possuem seminário. A Diocese tem condições de formar gratuitamente os alunos de outras dioceses, pois além da Faculdade de Filosofia da Unisal, dirigida pelos padres salesianos, foram fundados o Instituto Diocesano de Filosofia e o Instituto Diocesano de Teologia, que tem como mantenedora a Comunidade Canção Nova.

O Centro de Evangelização destina-se a abrigar a Escola Diocesana de Catequese e a proporcionar um ambiente pedagógico para conferências e encontros. Será colocado a serviço das pastorais, movimentos e novas comunidades. Também poderá ser usado para cursos e retiros espirituais.

Para marcar a celebração do Jubileu foi ainda construída, na Catedral, a Capela para o sepultamento dos Bispos de Lorena. Para esta capela já foi trasladado o corpo de Dom João Hipólito de Moraes, que se encontrava sepultado no cemitério municipal.

Atualmente, a Diocese tem 33 pastorais, diversos movimentos e novas comunidades, sendo as principais a Comunidade Canção Nova, Toca de Assis, Obra de Maria e RCC. Possui também algumas casas para tratamento de dependentes químicos.

A Diocese de Lorena que, está celebrando os 75 anos de existência, demonstra ser uma Igreja Particular viva e dinâmica, sobretudo uma Igreja missionária.

No final deste breve relatório, repito as últimas palavras da oração oficial da Diocese a Nossa Senhora da Piedade: “Senhora da Piedade, esta Diocese de que és a celeste padroeira se une às tuas preces de mãe para agradecer à Trindade Santíssima o esforço de todos os sacerdotes e cristãos leigos que tornaram possível a existência desta Diocese e para agradecer a vida de seu Bispo, presbíteros, religiosos e religiosas e de todos os agentes de pastoral. Que todos sejam eternamente iluminados pela glória de Deus: Pai. Filho e Espírito Santo. Amém”.

*Dom Benedito Beni dos Santos
Bispo da Diocese de Lorena*



*As Paróquias e Santuários da
Diocese de Lorena*

Lorena - Catedral Nossa Senhora da Piedade



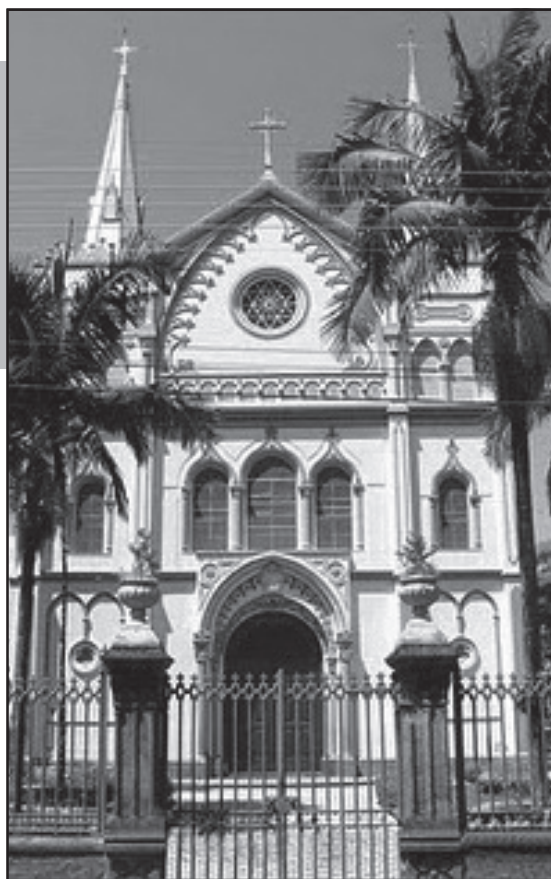
Lorena - Paróquia Nossa Senhora das Graças



Lorena - Paróquia Nossa Senhora Aparecida e Santo Expedito



Lorena - Paróquia Nossa Senhora Aparecida



Lorena - Santuário São Benedito



Lorena - Paróquia Santo Antônio

Lorena - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Lorena - Paróquia Cristo Rei



Areias - Paróquia Santa Anna



Lorena - Paróquia São Pedro Apóstolo



Lavrinhas - Paróquia São Francisco de Paula



São José do Barreiro - Paróquia São José

Arapeí - Paróquia Santo Antônio



Cunha - Paróquia Nossa Senhora da Conceição



Cunha - Paróquia Nossa Senhora dos Remédios



Silveiras - Paróquia Nossa Senhora da Conceição



Bananal - Paróquia Bom Jesus do Livramento



Piquete - Paróquia Santo Antônio



Piquete - Paróquia São Miguel

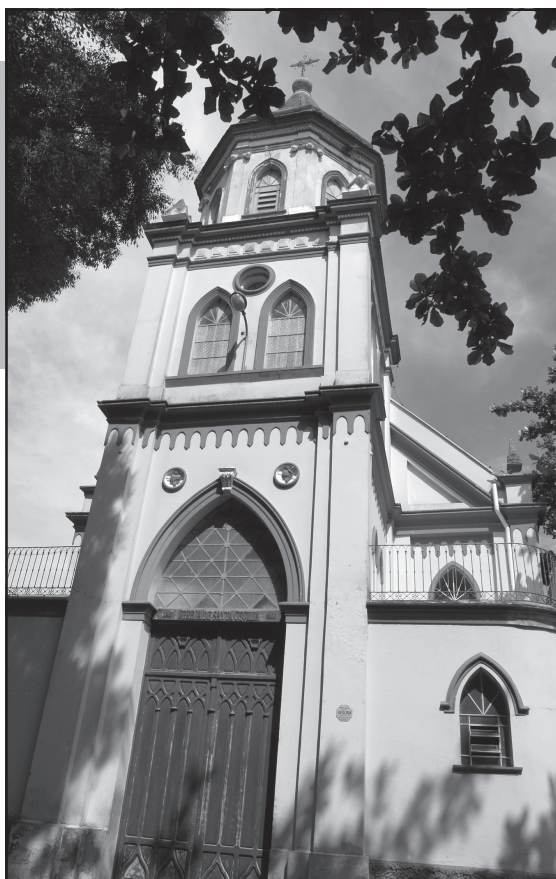
Cruzeiro - Paróquia Senhor Bom Jesus



Cruzeiro - Paróquia Imaculada Conceição



Cruzeiro - Paróquia São Pedro e São Paulo



Cruzeiro - Paróquia Santa Cecília

Cruzeiro - Paróquia Santa Rita e São Sebastião



Canas - Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora



Cruzeiro - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Queluz - Paróquia São João Batista

Cachoeira Paulista - Paróquia Santo Antônio



Cachoeira Paulista - Paróquia São Sebastião



*Cachoeira Paulista - Santuário Diocesano de
Santa Cabeça*



*Cachoeira Paulista - Paróquia N.S. da Conceição
do Embaú*



Cachoeira Paulista - Paróquia N.S. Aparecida

Diocese de Lorena

75 ANOS DE HISTÓRIA

A história da Diocese de Lorena em textos e imagens

Ficha Técnica

Coordenação dos trabalhos:

Fundação Christiano Rosa - Piquete/SP

Apoio:

Diocese de Lorena

Digitação:

Laurentino Gonçalves Dias Júnior

Diagramação e Montagem:

Laurentino Gonçalves Dias Júnior

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Créditos de Fotografias:

Arquivo Pró-Memória, da Fundação Christiano Rosa - FCR

Adracir Fleming Bittencourt

Andréia Marcondes

Ércio Molinari

Eddy Carlos Souza Vicente

João Velloso

Juberto Sodré

Túlio Novaes

Vicente Queiroz

Fan Page Memória de Cruzeiro - Facebook